

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

MIRELLE JESUS LIMA

**ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS DE SANTOS (1936-1946):
Gênero, raça e classe no sindicalismo do trabalho doméstico**

**GUARULHOS
2019**

MIRELLE JESUS LIMA

**ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS DE SANTOS (1936-1946):
Gênero, raça e classe no sindicalismo do trabalho doméstico**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel/Licenciado em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: Trabalho Doméstico,
Interseccionalidade e Sindicalismo
Orientação: Edilene Teresinha Toledo

**GUARULHOS
2019**

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Jesus Lima, Mirelle.

Associação de empregadas domésticas de Santos (1936-1946) : gênero, raça e classe no sindicalismo do trabalho doméstico / Mirelle Jesus Lima. Guarulhos, 2019.

54 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado/Licenciatura em História) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientação: Edilene Teresinha Toledo.

1. Trabalho doméstico . 2. Interseccionalidade. 3. Sindicalismo. I. Orientador. II. Título.

Mirelle Jesus Lima
ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS DE SANTOS (1936-1946):
Gênero, raça e classe no sindicalismo do trabalho doméstico

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel/Licenciado em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: Trabalho Doméstico,
Interseccionalidade e Sindicalismo

Aprovação: ____/____/____

Prof. Dr. Edilene Teresinha Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Clifford Welch
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, que me apoiaram com paciência, amor e orgulho ao longo desse longo trajeto que percorri durante a graduação, especialmente à minha mãe, cujas histórias de abusos sofridos por patroas ouvidas na minha infância inspiraram o tema dessa monografia.

Agradeço aos meus amigos, especialmente Carolina, que está comigo desde o princípio de tudo, e com quem eu compartilhei dos estresses do ensino médio e depois dos estresses do ensino superior, além das alegrias e tristezas da vida. À minha amiga Cleide, que fez com que eu me sentisse menos sozinha na faculdade em um momento em que eu realmente precisava de alguém. Ao meu amigo Wesley, que sempre faz com que eu acredite que é possível, além das minhas amigas Zahira, Anna Beatriz e Gabriela, por sempre acreditarem em mim, por fazerem parte da minha vida e por tornarem as coisas mais leves.

Muito importante na longa trajetória da minha graduação também foi a professora Patrícia Teixeira Santos, que me mostrou uma forma humana de se existir na academia, e com a qual aprendi muitas coisas.

Me sinto imensamente grata aos professores Clifford Welch e Denilson Botelho de Deus por terem aceitado o convite de fazer parte da banca dessa monografia.

E por último, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora que foi essencial em todo esse percurso e cuja gentileza e carinho tornou todo esse processo muito menos doloroso do que precisava ser, por acreditar que seria possível e por acreditar em mim como aluna e como orientanda. Isso fez toda a diferença em momentos em que a faculdade parecia ser além do que eu poderia lidar. Obrigada por se importar e obrigada por tudo.

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me
levantar.

[...]

Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.

[...]

Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.

Deixando para trás noites de terror e
atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus
antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem
escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.

(Maya Angelou- Ainda assim eu me levanto)

RESUMO

O nosso objeto de estudo é a Associação das empregadas domésticas, primeira tentativa de sindicalização do trabalho doméstico, criada em Santos com a participação de Laudelina de Campos Mello. Nosso recorte temporal será de 1936 a 1946, período entre a criação da organização e o nosso último registro detalhado da mesma. Analisaremos as atividades promovidas pela Associação levando em consideração o contexto político de sua fundação, e buscando identificar diálogos e influência entre ela e outros grupos do período. Tudo isso levando em consideração os aspectos de raça, classe e gênero a que estavam submetidas a maioria das trabalhadoras domésticas do período, mulheres negras, e a partir do conceito de colonialidade do poder do sociólogo Aníbal Quijano. A partir dessa pesquisa identificamos a Associação das empregadas domésticas enquanto um projeto decolonial, conforme conceito desenvolvido pelo sociólogo Joaze Bernardino-Costa.

Palavras-chave: Trabalho doméstico . Interseccionalidade. Sindicalismo.

ABSTRACT

Our object of study is the Association of Maids, the first attempt to syndicate domestic work, created in Santos with the participation of Laudelina de Campos Mello. Our time frame will be from 1936 to 1946, the period between the creation of the organization and our last detailed record of it. We will analyze the activities promoted by the Association taking into account the political context of its foundation, and seeking to identify dialogues and influence between it and other groups of the period. All this taking into account the aspects of race, class and gender that were subjected to most domestic workers of the period, black women, and from the concept of coloniality of power of the sociologist Aníbal Quijano. From this research we identified the Association of maids as a decolonial project, according to the concept developed by sociologist Joaze Bernardino-Costa.

Keywords: Domestic Labor. Intersectionality. Syndicalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A COLONIALIDADE DO PODER NA MODERNIDADE E NO BRASIL	11
2.1. O EUROCENTRISMO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	12
2.1.2. A HISTÓRIA DO TRABALHO E O TRABALHO DOMÉSTICO	14
2.2. O NEGRO DA UNIVERSIDADE O DESEJO DE SE REENCONTRAR NA HISTÓRIA	18
3. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO	20
3.1. O NEGRO NO PROJETO NACIONAL BRASILEIRO E OS PROJETOS DECOLONIAIS	20
3.2. A BIOGRAFIA DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO	23
4. A ASSOCIAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS: UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL	35
4.1. RELAÇÕES RACIAIS E DE GÊNERO NO BRASIL	36
4.2. O EMPREGO DOMÉSTICO NOS ANOS 20	41
4.3. A ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS DOMÉSTICOS DE 1936	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A primeira tentativa de sindicalização das empregadas domésticas ocorreu em 1936, na cidade de Santos, com a criação da Associação de empregadas domésticas. A nossa proposta no presente trabalho é a de analisar essa organização, levando em consideração as relações de classe, raça e gênero que envolveram a sua criação.

O nosso objetivo é contribuir com a discussão crescente sobre o emprego doméstico, de modo a expandir os atores e experiências eleitos como objetos de estudos pela História do Trabalho. Levando em consideração a relativa novidade do trabalho doméstico enquanto interesse dos historiadores (SOUZA, 2016, p.27), acreditamos ser essencial que nos debrucemos sobre as primeiras tentativas de sindicalização dessa categoria, reconhecendo essa trajetória de mobilização que tem tanto a dizer sobre as relações de gênero, classe e raça no país.

Para fins de análise das fontes, adotaremos uma perspectiva interseccional, inspirados em bibliografia recente (COLLINS, 2016; BERNARDINO-COSTA, 2015; SOUZA, 2015), levando em consideração os agravantes de classe, raça e gênero que permeiam as relações sociais da maior parte da mão de obra do trabalho doméstico, mulheres negras.

Nossas fontes serão a entrevista dada por Laudelina de Campos Mello, uma das criadoras da Associação, para a pesquisadora Elisabete Aparecida Pinto¹, transcrita na sua dissertação de mestrado, além de documentos encontrados no arquivo do DEOPS e guardados pelo Arquivo do Estado de São Paulo, o livro organizado pelo intelectual brasileiro Cuti², onde há o depoimento do militante contemporâneo de Laudelina, José Correia Leite. Também consultamos de maneira menos sistemática alguns jornais negros e publicações no Diário Oficial de São Paulo, que serão referenciadas conforme seu aparecimento no trabalho.

Mobilizaremos de forma particularmente recorrente o conceito de “colonialidade do poder”, desenvolvido pelo sociólogo Aníbal Quijano (2005), para pensarmos nas conexões entre a racialização da população mundial, divisão de trabalho a partir de critérios “raciais” e a

¹ In PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). 1993. 493 f. Dissertação (Mestrado em educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

² CUTI (Org.). E disse o velho militante José Correia Leite. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

desvalorização da produção intelectual não eurocêntrica a partir da instauração do que conhecemos hoje como Modernidade.

Outros conceitos que serão utilizados durante o trabalho são os de “projetos decoloniais” e de “interseccionalidade emancipadora”, desenvolvidos por Bernardino-Costa (2015). A ideia é então que a experiência de criação da Associação de Empregadas Domésticas foi um projeto decolonial, ou seja, que se utilizou das múltiplas opressões a que estavam submetidos os seus membros para construir uma forma de reivindicação que fosse capaz de contemplar cada uma dessas especificidades.

O segundo autor será usado para compreendermos a Associação em perspectiva mais localizada, e o primeiro será mobilizado na análise da relação e conexão que ocorre entre as estruturas mais macro da sociedade e as opressões a que estão submetidos os indivíduos em nível mais cotidiano e privado.

No primeiro capítulo, intitulado “A Colonialidade do poder na Modernidade e no Brasil”, nos debruçaremos sobre as ideias de Modernidade e poder colonial de Aníbal Quijano (2005), fazendo conexões entre essa interpretação e a estrutura social e cultural brasileiras, levando em consideração também como influenciaram desde a adoção de um modelo eurocêntrico de Estado, até a produção intelectual mundial.

Será nesse primeiro capítulo também que iniciaremos os diálogos sobre a mobilização de grupos subalternizados contra o projeto de opressão descrito por Quijano (2005), iniciativa essa que ocorre inclusive dentro da produção intelectual, quando pesquisadores negros buscam por identidades fora do padrão a que foram submetidos a partir da “colonialidade do poder”. Com isso, situamos o presente trabalho dentro dessa historiografia, tendo em vista que toda pesquisa está sempre em diálogo com seu tempo, espaço e produtor.

No segundo capítulo, abordaremos brevemente a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello, importante nome na história de mobilização por direitos dos empregados domésticos. Identificamos que o caráter de projeto decolonial da Associação de Empregadas Domésticas ocorreu também devido à forte capacidade de diálogo com diferentes grupos e correntes ideológicas da qual Laudelina era capaz. Sua trajetória de vida, desse modo, é essencial para a análise do que foi a Associação de empregadas domésticas, e para entender a sua atuação e organização.

É no terceiro capítulo que decidimos entrar diretamente na análise da Associação das empregadas domésticas. Primeiro contextualizamos o leitor sobre o status subalterno do emprego doméstico aqui no Brasil, associado que é a representações negativas de classe e de raça. Depois, tratamos de qual era a natureza das organizações que antes da criação da

Associação tratavam de dar assistência e formação para as jovens que estavam dentro do serviço doméstico.

Por fim, nas considerações finais, faremos um balanço de nossas conclusões sobre os significados que a Associação de empregadas domésticas teve em seu contexto de atuação e sobre a sua característica enquanto projeto decolonial.

2 A COLONIALIDADE DO PODER NA MODERNIDADE E NO BRASIL

A Modernidade significou o surgimento de um novo mundo nunca visto antes. O seu primeiro acontecimento foi a invenção da América, e depois dela, da Europa. A partir de então, a população de toda a Terra foi dividida em categorias “raciais”, onde cada categoria correspondia a uma posição em uma hierarquia imaginada e imposta, que determinava o papel de cada um na sociedade.

Os mais privilegiados, europeus, ficaram nas posições mais altas dessa pirâmide imaginária, e nas posições mais baixas ficaram aqueles que tiveram o azar de serem classificados como negros, indígenas ou mestiços.

Esse sistema nasceu com o colonialismo, mas se mostrou mais resistente do que ele, adaptando-se e exercendo poder até os dias de hoje. Essa é a tese do pesquisador peruano Aníbal Quijano (2005), que usaremos para tentar compreender em uma perspectiva estrutural e macro a experiência da Associação das empregadas domésticas criada em 1936 na cidade de Santos.

Um dos elementos fundamentais para a consolidação dessa estrutura de poder foi a criação de novas formas de controle de trabalho que eram articuladas entre si. Além disso, todos os produtos gerados através dessas novas articulações tinham como fim o capital e o mercado mundial,

[...] E enquanto se constituía em torno de e em função do capital, seu caráter de conjunto também se estabelecia com característica capitalista. Desse modo, estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial.

QUIJANO, 2005, p.118

Para algumas das categorias “raciais” criadas nesse processo, como a de negros, índios e mestiços, foram atribuídas características negativas e degradantes, que justificaram e legitimaram as violências e explorações a que foram submetidos esses grupos durante e após a colonização. E se dentro desse discurso esses grupos eram naturalmente inferiores e primitivos, foi naturalizado que ocupassem também um local subalterno dentro da nova lógica econômica e social que se formava.

A categoria de raça e a divisão de classes foram construídos em diálogo uma com a outra, de modo que para “raças” não-brancas e, fora do eixo europeu, foram designadas ocupações inferiorizadas na divisão de trabalho. Esses dois elementos se articularam na construção dessa

nova ordem mundial, embora cada deles também pudesse existir e se transformar sem a interferência do outro (QUIJANO, 2005, p. 118).

É a relação entre raça e trabalho que nos ajuda a entender também porque a produção industrial foi acumulada na Europa durante dois séculos, ao invés de ser expandida para o resto do mundo. Isso não ocorreu a partir de uma análise de melhor estratégia para acumulação de capital, mas sim porque, tendo em vista que negros, índios e mestiços foram categorizados como sendo “raças inferiores”, seus corpos não foram reconhecidos como dignos do trabalho assalariado.

Com isso, o trabalho remunerado se tornou privilégio branco. Segundo Quijano, é essa a chave de interpretação que explica também o motivo de existirem diferenças tão grandes entre salários oferecidos a pessoas brancas e a pessoas não brancas (QUIJANO, 2005, p. 121).

Essa questão nos ajuda a entender, por exemplo, a dificuldade que empregadas domésticas enfrentaram para serem reconhecidas enquanto categoria trabalhista tanto pelo patronato-quanto pelo governo. Foi um tipo de serviço desconsiderado enquanto relevante e relegado a um lugar natural de subalternidade, devido à identidade atribuída à maioria dos indivíduos que praticam e praticavam o ofício.

Ainda que existam pessoas brancas trabalhando nessa categoria, foram especialmente as mulheres negras que foram estabelecidas no imaginário popular como trabalhadoras domésticas, o que acreditamos ser uma possível explicação para o abandono e desvalorização dessa profissão.

É isso que explica também a nossa escolha por chamar a Associação pelo gênero feminino, tendo em vista que em sua criação, ela se chamava Associação dos empregados domésticos. Como o foco de nosso trabalho são as relações entre gênero, raça e classe nessa organização, pareceu mais coerente preservarmos a versão feminina do nome.

Foi também essa divisão da população em raças hierarquizadas que definiu a produção intelectual e acadêmica na modernidade desde que se iniciou esse processo, de modo que houve o monopólio eurocêntrico sobre a perspectiva, a interpretação e sobre as produções de conhecimento mundiais.

2.1. O eurocentrismo na produção de conhecimento

A produção de conhecimento fez parte do processo de difusão e consolidação do modelo de colonialidade do poder a que estamos submetidos até hoje, e que definiu das questões mais materiais até as mais metafísicas da modernidade. Subjetividade, conhecimento, arte, intelecto

e cultura foram habilidades atribuídas exclusivamente à Europa, enquanto culturas e conhecimentos de povos colonizados foram roubadas, apagadas e excluídas do hall de conhecimento mundial. Esse processo ocorreu da seguinte maneira:

[...]Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais– aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade.[...]

QUIJANO, 2005, p. 120

A produção de conhecimento etnocêntrica e o projeto de domínio colonial foram processos que ocorreram simultaneamente, se retroalimentando, e que fizeram parte do processo de consolidação da modernidade eurocêntrica. Esse método é constituído de dois mitos básicos, conforme argumenta Quijano:

[...]um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo.

QUIJANO, 2005, p.121-122

Europeus passaram a se ver e a impor serem vistos como a mais avançada das “raças”, o estágio final de avanço no qual toda a humanidade deveria se espelhar, o parâmetro mais sofisticado que julgaria todos os outros povos e culturas, de modo que quanto mais semelhante ao parâmetro europeu fosse uma sociedade, mais avançada ela seria considerada, e quanto mais diferente, mais primitiva.

O que Quijano (2005, p. 122) enfatiza é que o etnocentrismo, o fenômeno de um povo se considerar superior a todos os outros, já havia acontecido muitas vezes antes na história da humanidade.

O que a formação da colonialidade do poder apresentou de tão diferente foi a sua hegemonia em nível mundial, onde foi criado um novo mundo, sistema esse que foi capaz de se sustentar após o período de colonização, e que divide e organiza as sociedades até hoje, perpetuando mitos em relação às “raças”, e a ideia de uma suposta superioridade europeia.

Esse método de produção de conhecimento contribuiu para que os grupos racializados como brancos permanecessem se sentindo superiores, e que tivessem esses mitos de superioridade respaldados e legitimados teoricamente, alimentando um tipo de intelectualidade que Quijano define como “[...]colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico. [...]” (QUIJANO, 2005,p.126).

O aspecto do eurocentrismo na produção de conhecimento pode ser identificado na historiografia mundial, mas a seguir avaliaremos brevemente e mais especificamente como o eurocentrismo agiu na produção da História do Trabalho, tendo em vista que esse é o nosso campo de atuação no presente trabalho.

2.1.1. A História do Trabalho e o trabalho doméstico

O pesquisador Linden (2013) é um dos que vêm problematizando a História do Trabalho e propondo novas alternativas que sejam capazes de desconstruir essas narrativas eurocêntricas que dominaram na produção intelectual mundial de forma hegemônica até muito recentemente.

Em primeiro lugar, Linden (2013) critica a forma como foi construída a História do Trabalho desde a sua criação, na América do Norte e na Europa do século XIX, e duas características que marcaram essas produções desde então: a naturalização do Estado-Nação e o eurocentrismo.

Como já visto, o eurocentrismo é um modo de ler o mundo a partir de valores políticos, intelectuais, sociais e culturais europeus, estabelecendo uma hierarquia entre esses valores e o de qualquer outro grupo. Dentro dessa perspectiva, no topo dessa hierarquia fica a Europa Ocidental, consagrada como criadora, guardiã e disseminadora da Modernidade e de toda a produção intelectual, social, cultural e política da humanidade. Segundo Quijano (2005), entretanto, a Modernidade nasce não na Europa, mas sim na América.

Nessa perspectiva o mundo fora da Europa foi lido e interpretado em comparação com a trajetória e organização europeias, além do mais, as relações de trabalho não foram analisadas a partir da relação que uma tinha com a outra dentro do sistema capitalista, mas sim como manifestações isoladas e limitadas às suas fronteiras nacionais. Com isso, historiadores reconstruíram:

[...]a história das classes trabalhadoras e dos movimentos trabalhistas da França, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos etc, como sendo acontecimentos separados, e quando davam atenção a classes e movimentos sociais da América Latina, da África ou da Ásia, estes eram interpretados de acordo com os esquemas do ‘Atlântico Norte’.

LINDEN, 2013,p.11

Para Linden (2013), o eurocentrismo também resulta em um desinteresse intelectual sobre acontecimentos fora do circuito da Europa. Aqui no Brasil, por exemplo, as pesquisas sobre sindicalização se limitavam a se debruçar sobre a indústria e sobre os operários italianos, espanhóis e anarquistas³.

Após a Segunda Guerra Mundial, entretanto, esse tipo de produção intelectual passa a ser questionada. As lutas por descolonização dos países africanos e asiáticos, que aconteceram majoritariamente durante a primeira metade do século XX, criaram toda uma geração de intelectuais que passou a questionar o status quo eurocêntrico.

Essas pessoas eram os cidadãos dessas novas nações africanas e asiáticas, e começaram a escrever as suas próprias histórias, rejeitando e analisando os significados e usos do eurocentrismo e do colonialismo.

A partir desse momento, a própria ideia de raça passa a ser repensada. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreram três reuniões da Unesco para discutir o termo. Elas ocorreram em 1947, 1951 e 1964 (SCHWARCZ, 2015, p. 25), e tiveram o objetivo de realocar o termo “raça” do campo biológico para o campo social. Assim, no presente trabalho toda vez que falarmos de “raça” estaremos falando dessa construção social, cultural e que dividiu a humanidade em categorias pseudocientíficas e evolucionistas.

Desde que ocorreram essas mudanças, muitos intelectuais surgiram se desprendendo do cânone eurocêntrico, tentando pensar na trajetória de grupos e indivíduos que foram sistematicamente excluídos da narrativa histórica como protagonistas, como mulheres, negros, latinos, africanos, asiáticos, etc.

Com isso, passou a ser repensada também a categoria de classe trabalhadora:

[...] Tornando-se, assim, sujeitos potenciais da História do Trabalho um amplo e diverso conjunto de indivíduos e grupos sociais formados por homens e mulheres; crianças, jovens, adultos e idosos; brancos, negros e indígenas; nacionais e estrangeiros; livres e não livres, trabalhadores assalariados, contratados, sazonais e autônomos.

SOUZA, 2015, p. 27

³ “A imagem mais corrente do operariado na Primeira República é a do italiano anarquista. Caricata, ela reúne dois componentes fundamentais: por um lado, a associação automática entre trabalhador e imigrante-este, por sua vez, reduzido ao italiano, por outro, a atribuição de um ideário único, o anarquismo, àquele momento histórico. Tal noção é ainda reforçada por romances, filmes, novelas televisivas e até parte da produção acadêmica, não havendo espaço para o diverso ou para a dúvida.”BATALHA, 2000, p. 7

Ainda assim, no campo da História do Trabalho essa tem sido uma mudança muito recente e que passou a ser pensada apenas nas últimas décadas, conforme Linden (2013).

Aqui no Brasil, contexto no qual estamos inseridos, Flávia Fernandes Souza (2015) aponta que apenas a partir da segunda metade da década de 1990 houve o aumento de pesquisas que buscavam ampliar os temas da História do Trabalho no Brasil, e que se movimentavam no sentido de incluir o trabalho doméstico.

Porém, até o final dos anos 90, o assunto permanecia sendo pouco abordado no campo da História. Todavia, a partir dos anos 2000 surgem alguns trabalhos realizados por pesquisadores do campo da História Social. (SOUZA, 2015, p. 284)

Desde os anos 2000, Souza (2015, p.276-277) também conseguiu identificar um aumento significativo no número de pesquisas sobre trabalho doméstico apresentadas nos Simpósios Nacionais da ANPUH (Associação Nacional de História). Entre 2001 e 2005 são apresentados 17 textos sobre o tema, número que foi aumentando exponencialmente.

Essas mudanças aconteceram ao mesmo tempo em que houve pequenas iniciativas governamentais com o intuito de diminuir a desigualdade racial no país, medidas essas tomadas após pressões de grupos e indivíduos comprometidos com o combate ao racismo.

Foi, por exemplo, em 2000 que foi criada uma comissão especial na Câmara dos Deputados com o intuito de discutir a legislação do emprego doméstico no Brasil (ibid., p. 279). Em relação às pesquisas mais recentes sobre trabalho doméstico, identificamos também uma grande incidência de trabalhos construídos a partir da noção interseccional de análise. Identificamos essa tendência teórica em Souza (2015), em Bernardino-Costa (2015) e em Pinto (1993).

Dizer isso significa que essas pesquisas levam em consideração os fatores raciais, de gênero e de classe para entender a experiência total de opressão a que grupos e indivíduos estão submetidos, tendo em consideração que nenhuma dessas dimensões se anula ou desaparece quando da existência de outra.

O termo interseccional surgiu a partir da década de 70 com feministas negras estadunidenses que passaram a questionar a noção universal da identidade feminina propagada pelos movimentos feministas até aquele momento.

Essas mulheres propuseram então uma análise que levasse em consideração todos os aspectos de suas existências, como raça, classe econômica, orientação sexual e de gênero, por entenderem que ser mulher tinha significados e pesos diferentes para uma jovem europeia, branca, de classe média, com acesso à educação formal e heterossexual, e para uma jovem negra, latina, pobre, lésbica e sem acesso à educação formal, por exemplo.

A feminista negra Kimberlé Crenshaw desenvolveu uma metáfora para essa situação: as diferentes opressões como raça, gênero e classe seriam como encontros de avenidas, que coexistem e se cruzam, o indivíduo nessa situação seria o pedestre, exposto a atropelamentos vindos de todas essas avenidas, cada uma representando uma opressão (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 151). Bernardino-Costa completa dizendo que:

[...]Portanto, o conceito de interseccionalidade utilizado por Crenshaw destaca as desvantagens, as vulnerabilidades, as opressões e o desempoderamento sofridos dinamicamente pelas mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder.

(BERNARDINO-COSTA, 2015,p. 151- 152)

Patricia Hill Collins resume muito bem essa questão em uma frase ao falar de sua experiência enquanto mulher negra “[...] Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente?” (COLLINS, 2015, p. 17-18)

Entretanto, para Bernardino-Costa, essas identidades nem sempre são acionadas apenas para desempoderar o indivíduo, “[...] Ao contrário, a depender do contexto social, classe, raça e gênero podem atuar como fontes de projetos decoloniais, engendrando lutas e resistências.” (2015, p. 153)

A partir da leitura de Aníbal Quijano(2005) e de sua própria pesquisa, Joaze concluiu que a colonialidade do poder criou também novas formas de resistência, visto que os grupos inferiorizados pela modernidade colonial não aceitaram passivamente serem submetidos a essas opressões, tendo se organizado de modo a combater esse projeto (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Joaze Bernardino Costa também mobiliza o conceito de quilombismo cunhado por Abdias de Nascimento, que em suas palavras

[...] sinaliza para a resistência e os projetos de reexistência da população colonizada no sistema-mundo. Abdias do Nascimento utiliza este conceito para se referir às lutas de resistência naquelas circunstâncias em que racismo e sexismo construíram uma fronteira entre humanidade e infra-humanidade. Assim, o quilombismo resulta da exigência vital da população negra em resgatar sua liberdade e dignidade. [...]

2015, p.153

Essas organizações têm o objetivo de não apenas se articular para obter reconhecimento político, como também de construir um novo modelo de sociedade, que supere as limitações impostas pela colonialidade de poder (ibid., p. 154).

Por esse motivo, Joaze Bernardino Costa classifica esses movimentos como decoloniais, na medida em que subvertem o padrão de poder instituído. O sociólogo também identifica o movimento das trabalhadoras domésticas dentro desse conceito, análise com a qual concordamos e que adotamos em nossa pesquisa sobre a Associação das Empregadas Domésticas de Santos, de 1936.

2.2. O negro da universidade o desejo de se reencontrar na História

Como já dito, uma de nossas fontes para a realização do trabalho será a dissertação de mestrado da pesquisadora Elizabete Aparecida Pinto (1993) que recupera a vida de Laudelina de Campos Mello, mergulhando em sua atuação junto das empregadas domésticas e outros grupos na luta por direitos sociais e trabalhistas.

Acreditamos que Elizabete tenha sido a primeira pesquisadora a se interessar pela trajetória de Laudelina. Antes disso, entretanto, a pesquisadora já nutria um interesse em questões ligadas à raça.

Esse interesse surgiu a partir da experiência pessoal da pesquisadora enquanto mulher negra, como parece acontecer com muitos pesquisadores que têm essa mesma origem. Como trabalhado anteriormente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e início dos movimentos decoloniais, surgiu em alguns povos oprimidos o desejo de recuperar a sua própria história em oposição à narrativa eurocêntrica.

Ainda no começo de sua dissertação de mestrado, ela destaca que o seu :

[...] interesse pelo negro começa na minha infância, quando junto ao meu avô, insistia para que me falasse dos tempos vividos na fazenda onde, já como negro livre, convivia com outros escravos.[...]A profunda tristeza que acompanhava seus relatos, resgatando a vivência enquanto semi-liberto que presenciou o sofrimento de uma escrava, em específico sua mãe, deixou marcas profundas em minha memória e sensibilidade.

PINTO, 1993, p.31

Dessa forma, a sua pesquisa sobre Laudelina de Campos Mello e a recuperação de sua trajetória de vida têm um fator pessoal muito forte, um desejo da pesquisadora por reconhecimento de seus semelhantes dentro das produções intelectuais, de forma que saiam do lugar de ‘subalternidade’ e de inferiorização delegado pela produção de conhecimento eurocêntrica que estivemos debatendo até o momento. A pesquisa está relacionada a fatores psicológicos, políticos e pessoais, além do acadêmico.

O desejo por desconstrução do padrão eurocêntrico parece vir do choque que indivíduos colonizados têm ao não conseguirem se enxergar no reflexo distorcido do espelho colonial, de modo que urge a vontade de se descobrir enquanto indivíduo fora da subalternidade e margem da história a que foram submetidos, conforme é tratado no relato de Elisabete Aparecida Pinto:

Esta impregnação da noção de injustiça e do racismo sofridos pelos negros, cresceu nos-embalos matinais da escola primária que frequentava e na discriminação sofrida via livros didáticos, e diretamente pelo processo de exclusão vivenciados por mim e por outras crianças negras. O racismo, a coragem e a persistência de minha mãe e o sentido de dignidade e justiça transmitido por meu pai, selavam meu destino, impulsionada que fui por uma vontade mais sentida que pensada, de repensar este mundo de injustiça e exploração e encontrar formas de destruir os códigos racistas.

Ibid., p. 31

O pesquisador Cuti, cujo trabalho de entrevista com José Correia Leite (1992), apresenta relato semelhante ao de Pinto (1993) sobre a sua motivação para o resgate da trajetória do militante negro. Ele diz que:

[...]A primeira forma, muito citada para caracterizar a nossa tradição cultural, serviu (e ainda serve) como subsídio para teses acadêmicas e outros fins. O movimento Negro vem sendo submetido a várias leituras teóricas, feitas em geral por brancos, que vão fixando balizas para o pensamento. Os tais 'estudos' arrastam, em sua maioria, o vício de reforçar a noção de 'outro', 'corpo estranho', 'alienígena', com que somos estigmatizados. Nós negros somos tomados como 'objetos de estudo'. Alguém já viu algum estudo sobre 'o branco no Brasil'? Fora Guerreiro Ramos, não tenho notícia.

CUTI, 1992, p. 12

Existem ainda trabalhos recentes que caminham no sentido investigar a experiência dos indivíduos brancos enquanto pessoas também racializadas e privilegiadas por esse status quo, como a pesquisa de Schucman (2012). Esse tipo de abordagem afasta a ideia do racismo como um problema do negro, e coloca-o como uma questão que diz respeito e que afeta, de forma negativa ou “positiva”, todos os setores da sociedade.

3. A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LAUDELINA DE CAMPOS MELLO

3.1. O negro no projeto nacional brasileiro e os projetos decoloniais

Entendemos que a militância de Laudelina e de outras organizações negras tinham como fim o alcance da cidadania plena⁴ para esses setores da sociedade, e a construção de uma democracia capaz de reconhecer a diferença sem puni-la, a partir de uma decolonização das relações estruturais e sociais do Brasil.

Aníbal Quijano (2005) explica que a exclusão de setores não brancos da cidadania plena nos países latinos está ligada à formação desses Estados. Para o pesquisador peruano, todo Estado é uma estrutura de poder, e poder é :

[...]aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, freqüentemente certo grupo, sobre os demais.[...] (QUIJANO, 2005, p. 130)

No caso da América Latina, os Estados foram pensados e estabelecidos a partir de um modelo eurocêntrico, o que significou o estabelecimentos de um projeto que excluía grupos não-brancos, ao invés da [...] descolonização das relações sociais e políticas entre os diversos componentes da população [...]” (QUIJANO, 2005, p. 133)

Isso porque os valores da elite branca latina estavam muito mais alinhados com a agenda europeia e com uma mentalidade eurocêntrica do que com o pensamento anticolonialista, assim, não se identificavam com os setores negros, indígenas e mestiços da população. Apesar disso, não podiam desenvolver-se financeiramente da mesma forma que essa outra elite econômica,

[...]isto é, transformar capital comercial (benefício igualmente produzido na escravidão, na servidão, ou na reciprocidade) em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados.[...]

(QUIJANO, 2005, p. 135)

⁴ “[...] O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos.[...]”(CARVALHO, 2001, p. 9).

Pois “[...]seus privilégios compunham-se precisamente do domínio/exploração dessas gentes. [...]” (Ibid., p. 134) .

Esse ponto é importante para se entender a estratificação financeira e racial no Brasil, tendo em vista o papel que a escravidão ocupou na formação do país e como ela foi naturalizada socialmente, tendo sido usada inclusive como elemento de distinção social.

A escravização de negros era recorrente não apenas nas relações comerciais de grandes produtores brasileiros, como nas relações mais privadas da população em geral. Sobre isso, José Murilo de Carvalho argumenta que:

[...]Toda pessoa com algum recurso possuía um ou mais escravos. O Estado, os funcionários públicos, as ordens religiosas, os padres, todos eram proprietários de escravos. Era tão grande a força da escravidão que os próprios libertos, uma vez livres, adquiriam escravos. A escravidão penetrava em todas as classes, em todos os lugares, em todos os desvãos da sociedade: a sociedade colonial era escravista de alto a baixo.
2001, p.20

Isso fixou alguns papéis para pessoas negras na sociedade que não foram superados com o fim da escravidão. Como já visto, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) transcendeu o período da colonização do século XVI, e hierarquiza as sociedades ocidentais até hoje. Sobre esse assunto, Bernardino-Costa complementa dizendo que:

[...]Embora houvesse casos de negros e mulatos livres, sobretudo quando mais nos aproximamos historicamente da abolição da escravatura, isto não significava uma superação da hierarquia racial e de gênero constituída no período colonial. Em outras palavras, se homens negros e mulheres negras abandonavam a condição legal de escravos, isto não significava que suas imagens e corpos não estivessem sob controle do padrão de dominação que estamos nomeando colonialidade do poder.
2015, p.150

O resultado disso foi que os Estados latino-americanos não se formaram nem como nacionais, nem democráticos, pois todo o poder da nação estava concentrado nas mãos de uma minoria branca, e grande contingentes populacionais como índios, negros e mestiços ainda estavam submetidos à dominação colonial e exclusão social (QUIJANO, 2005, p. 134).

O que houve foi uma rearticulação da estrutura colonial, que impediu a instituição dos Estados-Nações na América Latina, pois para que isso acontecesse deveria ter havido primeiro a descolonização da sociedade. Quijano complementa a análise dizendo que:

[...] A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno.

2005, p. 135

No caso brasileiro, por exemplo, camadas negras da população conquistaram alguns aspectos da cidadania ao longo dos anos, como suas dimensões civis e políticas, o que não ocorreu em relação aos direitos sociais, como acesso à educação e segurança: “[...] Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. [...]” (CARVALHO, 2001, p. 8).

Negros, indígenas e mestiços se transformaram em cidadãos incompletos. E a distância entre esses setores da população e grupos de elite diz respeito à conservação da colonialidade de poder durante a formação do nosso Estado eurocêntrico.

A democratização na América Latina só seria possível a partir de um processo de descolonização, onde haveria eliminação de privilégios a determinados grupos a partir do critério “racial”. Ou seja, classe e “raça” são questões interligadas e que se alimentam, o que não poderia ser ignorado em qualquer proposta de descolonização. Significando que:

[...] a classificação das pessoas não se realiza somente em um âmbito do poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um dos âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nos termos da questão nacional, só através desse processo de democratização da sociedade pode ser possível e finalmente exitosa a construção de um Estado-nação moderno, com todas as suas implicações, incluindo a cidadania e a representação política.

QUIJANO, 2005, p. 138

Todavia, isso não significou que as comunidades negras tenham se excluído do debate político nacional. O fim da Primeira República trouxe a expectativa de integração para a população afro-descendente, que organizou diversos projetos de descolonização das relações sociais, econômicas e culturais no país.

Flores (2007) expõe em sua pesquisa as discussões sobre raça no Brasil desenvolvidas por intelectuais negros durante as décadas de 30 e 40 no Brasil, pois [...] Nessa temporalidade (1930-44), destaca-se a profusão de associações de homens de cor e órgãos de imprensa negra. [...]” (ibid., p. 499).

A Associação de empregadas domésticas, articulada com esses movimentos do período, propõe então um projeto de sociedade capaz de superar as estruturas de poder colonial (BERNARDINO-COSTA, 2015, p.154).

3.2. A biografia de Laudelina de Campos Mello

Pinto (1993) critica como mulheres negras são retratadas na historiografia brasileira. Ela diz que em geral essas pessoas aparecem na forma de mitos, o que por sua vez as afasta da aproximação com pessoas reais e com lutas cotidianas. Pinto também diz que no caso de Laudelina, as fontes existentes sobre a sua atuação de militância, atestariam a complexidade de sua existência e permitem a possibilidade de identificá-la enquanto agente histórico real, com falhas e contradições como todo ser humano, ao invés de uma figura mitológica e inalcançável. Nas palavras de Pinto:

A história negra, com os seus personagens, quase nunca é abordada pela historiografia oficial e, muitas vezes, estes quando mencionados, são passados com a imagem de figuras legendárias. Esta é a impressão deixada quando se fala de Luiza Mahin e outras mulheres negras do passado. Talvez com D^a Laudelina não aconteça diferentemente no futuro. Talvez o fato de se ter recolhido o seu relato, as fotografias antigas e os diversos documentos que comprovam a sua existência real e sua luta concreta evitem essa mitificação.

1993, p.118-119

Outro fator que foi considerado na construção de nosso trabalho, foi que o processo de racialização da população mundial significou em primeiro lugar a homogeneização de povos absolutamente diversos, cuja única semelhança em muitos casos era apenas a cor de suas peles e o local de nascimento, de modo que “[...]achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos, etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros.” (QUIJANO, 2005, p. 127).

Isso significa dizer que é fácil dentro dessa lógica reproduzir a ideia de uma espécie de unidade entre grupos negros, é o caso de se falar por exemplo em Movimento Negro ao invés de Movimentos Negros. Dessa forma, é importante pontuar a diversidade entre esses grupos que foram racializados.

Durante a pesquisa, nos deparamos com pessoas negras que se identificavam mais com o comunismo, com o sindicalismo, com o fascismo ou com nenhuma dessas alternativas, alguns

que dedicaram a vida a combater as opressões a que estavam submetidos, enquanto outros que levaram a vida longe da política.

Dizemos isso também para pontuar que a atuação de Laudelina se insere dentro de um contexto grande e múltiplo, onde havia várias propostas para se lidar com a questão racial, e que acreditamos na importância de se pontuar a riqueza e pluralidade de ideias entre grupos racializados, pois isso também pode contribuir para a desconstrução dessas categorias raciais que homogeneizaram grupos tão diferentes, já que para Quijano (2005, p. 127), esse processo teria tido duas consequências graves: a exclusão da possibilidade de individualidade para esses grupos não-brancos e o apagamento de suas capacidades de produzirem cultura.

Laudelina nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, em 12 de outubro de 1904, apenas 16 anos após a abolição da escravidão, que ocorreu em 1888. Seus avós haviam sido escravizados, e sua mãe foi “dada” à irmã da “sinhá” de sua avó, uma mulher de nome Augustinha Junqueira Cobra, de modo que trabalhava como empregada doméstica nessa casa (MELLO, 1993, p. 2).

Seu pai, que trabalhava como madeireiro no Paraná, morreu em um acidente de trabalho quando ela tinha apenas 12 anos. Após esse incidente, sua mãe vai trabalhar na lavanderia do Grande Hotel, em Poços de Caldas, e a jovem fica responsável por cuidar da casa (ibid.).

Ela conta em sua entrevista à Elisabete Aparecida Pinto (1993) casos onde se envolve em brigas relacionadas ao racismo desde tenra idade. Na primeira situação, aos 12 anos, Laudelina relata ter se agarrado ao pescoço de um capataz branco que batia em sua mãe. A agressão havia ocorrido após a recusa da mulher em atender a um chamado de sua patroa para cuidar de sua filha doente.

Nesse caso, a mãe de Laudelina já não tinha nenhum laço direto com essa patroa, mas ainda assim, para ela, havia algum tipo de obrigação de que a mãe de Laudelina devesse continuar prestando serviços quando fosse necessário. Não é falado na entrevista se a mãe de Laudelina recebia alguma remuneração por esse serviço.

É sintomático que na cabeça da empregadora da mãe de Laudelina houvesse essa obrigação de contar com os serviços de sua ex trabalhadora sem que houvesse qualquer tipo de relação empregatícia. Acreditamos que isso seja herança de uma mente escravagista, como dito, apenas alguns anos antes ainda havia escravidão, época na qual a família de Laudelina servira a essa família rica.

Então, apesar dos esforços do Estado de dar esse evento da história brasileira como superado⁵, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) que havia estabelecido negros como uma raça inferior passível de escravização, continuou atuante, dado que não havia sido realizada a descolonização das relações sociais, culturais e econômicas brasileiras. Delegar a subalternização do negro ao esquecimento significava oficialmente marginalizar essa questão, e garantir a sua permanência dentro da nova sociedade que se organizava.

Devido a isso, os libertos não receberam nenhum tipo de reparação e nem foi estabelecido nenhum programa de inclusão após anos de escravização, permaneceram excluídos socialmente, culturalmente e economicamente, o que fez com que a situação de muitos não mudasse muito após a escravidão.

Como visto no capítulo anterior, as elites brancas não se identificavam com as massas de outras “raças” que não as europeias, e integrar esses grupos não fazia parte do projeto de nação que tinham em mente (QUIJANO, 2005). O que fez com que:

[...]Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos.

CARVALHO, 2001, p. 52

O que é um exemplo de como a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) tem a capacidade de se adaptar a novas organizações políticas, mantendo a hierarquização “racial”.

A expectativa das elites brancas desse momento até a década de 30, era de que a população brasileira se tornasse cada vez mais branca, até que não existissem mais negros.

Por exemplo, apenas sete anos após o nascimento de Laudelina, em julho de 1911, no I Congressos Internacional das Raças, João Batista Lacerda, que foi um importante diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, apresentou a sua tese chamado de “Sur les métis au Brésil”,

⁵ Apenas 14 anos antes, o hino da República de 1890, apenas um ano e meio após a abolição da escravatura já se orgulhava da distância e da superação da mancha na escravidão que teria acontecido no país. “Não por coincidência, o hino da República, criado em inícios de 1890 — portanto, um ano e meio após a abolição da escravidão —, entoava orgulhoso: “Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país!”. Ora, o sistema escravocrata mal acabara e já se supunha que era passível de esquecimento! [...]” (SCHWARCZ, 2013, p. 17)

que previa que até o começo do século XXI as pessoas negras não seriam mais encontradas no país devido a mestiçagem, cuja tendência era a de clarear a população. Na sua visão, nem os mestiços existiriam mais, e imaginava que em 2001 seríamos então um país praticamente eslavo, e “[...]Para piorar, a tese do cientista foi recebida com muito pessimismo, pois, à época, julgava-se que um século era tempo demais para que o Brasil se tornasse definitivamente branco.” (SCHWARCZ, 2013, p 18-19).

Laudelina, como muitos outros negros, também não teve muito acesso à educação formal, já que o grupo foi excluído da dimensão de cidadania social.

O seu senso crítico e de análise política vêm então de sua convivência com organizações de diferentes alinhamentos, com militantes sindicalizados ou não, e de uma mistura entre espaços de lazer e de política, como bailes e associações. Esse parece ter sido o percurso de alguns militantes negros, como de seu contemporâneo, José Correia Leite:

[...] Como é que eu entrei nessa luta, sendo um ignorante, um sujeito semi-alfabetizado? [...] Como é que consegui descobrir essa questão de que o negro era um marginalizado, com um problema que ele mesmo não discutia, os governos negavam a existência, os brancos diziam que estava resolvido? [...]

(In CUTI, 1992, p.21)

A mãe de Laudelina para de trabalhar quando ela tem entre 16 e 17 anos. Depois disso, ela passa a trabalhar como empregada doméstica para o banqueiro Walter Moreira Sales, ainda em Poços de Caldas (MELLO, 1993, p.8).

Laudelina frequentava desde cedo bailes e festas com o irmão, e aos 16 anos, ela e outros jovens negros fundam um grupo chamado “Treze de Maio”, e pouco tempo depois ela vira presidente do grupo (ibid.).

No grupo Treze de Maio não havia muito envolvimento político, não discutiam racismo nem nada do tipo, o foco eram realmente bailes e festas, isso porque nos bailes brancos os jovens negros não eram bem-vindos (MELLO, 1993, p. 8).

Quando ela tinha 20 anos, começa a namorar um rapaz chamado Henrique Geremias Campos que mais tarde se tornaria seu marido. Ele era pedreiro na construção de um hotel da família de Juscelino Kubitschek, para a qual ela trabalhava. Com o término do prédio, no entanto, o jovem se muda para Santos, enquanto Laudelina permaneceu em Poços de Caldas (ibid.).

Quando a família de JK vai para São Paulo, Laudelina vai junto. Depois ela vai para Santos, onde reencontra o seu ex-namorado e se casam. Isso ocorreu no ano de 1924. Juntos, o casal continuou a frequentar bailes (MELLO, 1993, p.9).

Também tornam-se parte de um grupo chamado “Saudades de Campinas”, onde ela exercia a função de vice-presidente, e seu marido, a de secretário. Durante esse envolvimento, iam para outras cidades realizar atividades recreativas. O grupo era de lazer e focava nos setores negros da população (MELLO, 1993, p. 10-11).

Acreditamos que durante esse período Laudelina fez muitos contatos que mais tarde auxiliariam na fundação da Associação das Empregadas Domésticas. Além disso, também chama a atenção o número de casas de pessoas proeminentes econômica e politicamente para as quais Laudelina trabalhou, algumas dessas relações foram bem positivas, o que deve ter auxiliado o seu contato com pessoas de poder quando necessário para resolver alguma reivindicação.

Laudelina e seu marido ficaram em Santos até 1928, ambos permaneceram em São Paulo até 1934, e em 1938 se separaram (MELLO, 1993, p. 11).

Ela relata (ibid., p. 12) que durante a década de 30 tinha conhecimento de várias sociedades e associações, inclusive algumas de natureza sindical. Nesse período, ela ainda frequentava a Sociedade Saudades de Campinas, e foi lá que conheceu um professor que havia fugido do Maranhão por ser comunista, e que passou a dar aulas na organização. Ela observa que [...]ele era muito culto, muito preparado [assim], ele preparava a gente para oradores, palestras, mostrando o que era a condição do negro e do branco trabalhador.” (ibid., p.12)

Essa figura foi importante e presente na trajetória política de Laudelina, e na própria criação da Associação de Empregados Domésticos posteriormente.

Nesse momento, ela também tinha contato com o Clube Cultural do Negro em São Paulo, fundado pelo Professor Geraldo Campos, cuja atuação também foi essencial na formação da Associação de Empregadas Domésticas (MELLO, 1993, p. 12).

Não nos atentaremos a detalhes sobre a vida de Laudelina durante a década de 30, pois esse assunto será tratado com mais detalhes no terceiro capítulo do presente trabalho, que discutirá a Associação de Empregadas Domésticas em si.

No final da década de 20, Laudelina também tinha passado a se envolver na produção do jornal negro Clarim, que após um período de circulação passou a ter maior envolvimento político. Ela diz que o jornal cobria essa “gente do sindicato” (MELLO, 1993, p.11).

Esse jornal que depois se tornou o Clarim d’Alvorada havia sido fundado por José Correia Leite em 1924 e durou até 1932 (ibid., p. 213).

Nesse período, há uma efervescência de jornais negros, os quais eram consumidos por Laudelina, conforme ela conta nas entrevistas (ibid.p. 12) . Pensamos que é a partir do final da década de 20 que ela passa a se envolver mais diretamente com questões políticas.

Essa efervescência de periódicos ocorria não apenas nos meios negros, como também no meio operário, conforme Batalha:

Sem dúvida a expressão mais visível da cultura operária nesse período foi a imprensa operária. Ela foi o principal instrumento de propaganda e debate, assumindo formas diversas: periódicos de correntes político-ideológicas (anarquistas, socialistas, comunistas, católicos etc); jornais sindicais; publicações destinadas à classe operária em geral. Muitas dessa publicações, que normalmente eram jornais de quatro páginas com periodicidade mensal, quinzenal ou, quando muito, semanal, tiveram vida efêmera. [...]

2000, p. 64

Segundo José Correia Leite (*In* Cuti, 1992, p. 28) isso ocorria porque a comunidade negra tinha também uma urgência de se organizar contra as opressões a que estava submetida, tal qual as comunidades de imigrantes europeus. Houve mesmo uma inspiração no seu modelo de atuação, conforme atesta o seguinte relato:

[...] A comunidade negra tinha necessidade dessa imprensa alternativa. Não se tinha outro meio a não ser copiar o que as colônias estrangeiras faziam. O negro, de certa forma, era também uma minoria como os italianos, os alemães, os espanhóis. E todos eles tinham jornais e sociedades. As publicações negras davam aquelas informações que não se obtinha em outra parte.

LEITE in CUTI, 1992, p.28

O mais interessante sobre isso é que os jornais costumavam circular justamente em bailes e festas, espaços que, como visto, Laudelina frequentava desde muito jovem (MELLO, 1993, p. 12). E conforme o depoimento de José Correia Leite, “Os jornais da época, os pequenos jornais, circulavam nesse tipo de concentração de rua, mas o forte da distribuição eram os bailes.” (ibid. p. 45) Ou seja, entretenimento e lazer se fundiam com política e informação.

É em 1931 que surge em São Paulo, com mais de 2 mil assinaturas de negros (FLORES, 2007, p. 499), a Frente Negra Brasileira, organização que se espalhou por diversos estados, como Maranhão, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo (ibid.).

A entidade clamava pela união dos negros na busca pela sua integração à sociedade brasileira, e em primeiro momento teve entre seus membros José Correia Leite, Geraldo

Campos e Solano Trindade. Esses membros, no entanto, rompem com a organização quando seu presidente, Arlindo Veiga dos Santos, se aproxima do integralismo (ibid.).

Essas dissidências levam à criação de outros grupos a partir da Frente Negra, entre eles o Clube Negro de Cultura Social, de José Correia Leite, e a Frente Negra Socialista ((FLORES, 2007, p. 500). Laudelina não teve filiação direta com a Frente Negra, embora estivesse ciente das discussões em torno da organização, e tenha se aproximado de seus grupos dissidentes (PINTO, 1993, p.211-212), especialmente do Clube Negro de Cultura Social, que foi essencial na criação da Associação das Empregadas domésticas.

Elisabete Aparecida Pinto destaca também que, apesar da divergência de posições políticas, tanto o jornal O Clarim d'Alvorada, de José Correia Leite, quanto o A Voz da Raça, da Frente Negra Brasileira, tinham visões semelhantes em relação às populações negras, na medida em que ambos os periódicos defendiam a integração do negro ao mercado de trabalho e os separavam entre “bons” e “maus”, como se fossem as atitudes de camadas da comunidade que gerassem o racismo que sofriam. Ainda segundo a pesquisadora:

Os dois referidos jornais comentavam a vida dos blocos carnavalescos, do samba, e do cotidiano negro mais simples, mas não deixavam de apontar os símbolos afro-brasileiros utilizados pelos negros que não pertenciam à elite negra como expressão de atraso [...]

PINTO, 1993, p. 216

Temos também a hipótese de que esse interesse em estabelecer ao negro certa forma de agir, com disciplina e etc, fosse uma tentativa de distanciá-los dos estereótipos a que estavam submetidos devido ao racismo, já que, como já visto, a colonialidade do poder tendia a homogeneizar esses grupos de forma negativa.

Segundo SCHWARCZ: “[...]se o liberalismo é uma teoria do indivíduo, o racismo anula a individualidade para fazer dele apenas o resumo das vantagens ou defeitos de seu “grupo racial de origem” (2013, p. 16). Imaginamos que achassem que ao se afastar dessas características negativas atribuídas à população negra, estivessem também combatendo essa estrutura.

O que não significou, entretanto, que fretenegrinos estivessem imunes ao racismo brasileiro, conforme atesta o seguinte acontecimento relatado em uma edição do jornal A Voz da Raça de 18 de março de 1933.

Apesar do discurso conciliador para com a sociedade e a sociedade brasileira presente no periódico, ainda na sua primeira página do jornal é relatada a abordagem de um policial a alguns

jovens negros que saíam de uma reunião da Frente Negra tarde da noite. Foram questionados sobre o lugar de onde vinham, responderam a pergunta, e quase foram levados presos pelos policiais, o que só não ocorreu devido a protestos das testemunhas. Sobre essa situação o jornal diz:

É necessário que o Sr Dr Chefe de Policia tome uma providencia afim de coibir tais abusos de seus subordinados. A Frente Negra não é uma organização suspeita ou clandestina e por isso deve ser merecedora de respeito, não devendo os seus socios serem detidos ou passar por vexames ao sairem da sede da mesma.

A Voz da Raça: jornal oficial da Frente Negra, São Paulo, Ano 1, nº1., 18/03/1933.

Disponível em: <<http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/VY19330318.pdf>>.

Acesso em: 01/11/2019.

Acreditamos que isso tenha acontecido porque o racismo não ocorre a partir do que uma pessoa faz ou deixa de fazer, mas sim a partir do que a pessoa é. Portanto “raça” é um conceito que não caracteriza a pessoa a partir de suas atitudes, mas sim a partir de sua existência, portanto, a ascensão financeira não significaria que esses grupos não mais sofreriam racismo, e sobre essa questão Schuman completa dizendo que:

[...]. Ao sujeito negro não adianta ter educação, casas de tijolo e ascensão social, pois quando adquirir tudo isto a raça será o fator de interdição do sujeito a este grupo da elite. [...] Isso demonstra que classe é um diferenciador que hierarquiza as relações de poder entre brancos, mas também que não pode ser o único marcador de desigualdades quando se trata de brancos e “não brancos”.

2012, p. 97

A postura da Frente Negra também gerou atritos e dissociações dentro da organização. Muitos se desligaram quando ela começou a defender o totalitarismo nos anos 30 e o ingresso nas fileiras do integralismo, entre eles Laudelina de Campos Mello e José Correia Leite.

Pinto ainda aponta a divergência entre Laudelina e Arlindo Veiga dos Santos, integralista, então presidente da Frente Negra, que:

O interessante para destacar dessa posição divergente de D^a Laudelina, é que enquanto o referido líder negro se preocupava exclusivamente com a situação de opressão do negro, por pertencer ele a esse grupo, D^a Laudelina vai muito além, conseguindo perceber que qualquer tipo de opressão étnica, de gênero, e/ou religiosa, deveria ser combatida.

(1993, p. 213)

Esse foi um dos motivos, inclusive, que levou Laudelina a servir durante a Segunda Guerra Mundial, após tomar conhecimento do discurso higienista de Hitler⁶. Ela trabalhou então na defesa passiva da cidade de Santos. Fez cursos para ser bombeira, vigilante de trânsito e civil, mas não terminou o curso de enfermagem por não ter gostado da área (Mello, 1993, p. 16).

Votou pela primeira vez com o fim do Estado Novo, em 1945, e em 1949 vai morar em Campinas junto de uma família para a qual estava trabalhando no período (ibid., p. 20).

Tinha boas relações com essa patroa, tendo atuado como governanta da fazenda que ela tinham no interior de Campinas, e que depois se tornou uma pousada frequentava por políticos influentes da época, como Ademar de Barros, até que o falecimento da dona em 1953 resultou na venda do empreendimento (ibid., p. 21-22).

Enquanto isso, Laudelina continuava frequentando os bailes negros e se envolvendo com a militância antirracista local, como com o Clube Cultural do Negro de Campinas, do qual fez parte até 1955, e a Teatro Experimental do Negro (MELLO, 1993, p.24 -26).

O Teatro Experimental do Negro, que teve participação de Abdias do Nascimento, atuava não apenas sob seu aspecto cultural, mas também pela:

[...]valorização social do negro, através da educação, da cultura e da arte. A luta por uma Segunda Abolição era ligada à defesa de associação das empregadas domésticas e à criminalização do racismo. No ano de 1945, as lutas pareciam unificadas com a criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, envolvendo a União Nacional dos Estudantes, lideranças e intelectuais comunistas. Constava no seu manifesto reivindicações de classe e de raça, como o reconhecimento do direito de greve, direito de sindicalização para as empregadas domésticas, punição às empresas que faziam seleção racial, abolição das seleções raciais e de cor. [...]

FLORES, 2007, p. 509-510

Essa união entre a militantes negros e comunistas, entretanto, não perdura após o fim do Estado Novo, quando:

[...], a esquerda marxista e o movimento afro-brasileiro passaram a se acusar mutuamente. A primeira acusava o segundo de dividir a classe operária e de construir um racismo às avessas, enquanto o segundo ponderava que a especificidade da luta de classes no Brasil se chamava questão racial.[...]

FLORES, 2007, p.510

⁶ “Hitler foi o maior carrasco que existia naquela época. Dizia no livro azul que ele eliminaria todas as raças que não fossem arianas, principalmente a raça negra seria eliminada. Então aquilo me levou, me trouxe uma revolta dentro de mim, então eu resolvi me alistar para servir a Pátria.” (Laudelina de Campos Mello in PINTO, 1993, p.16)

Apesar disso, Laudelina continua se envolvendo com os movimentos sindicais comunistas para tentar alcançar o direito a sindicalização das empregadas domésticas durante toda a década de 60 (MELLO, 1993, p. 38-39).

A partir do envolvimento com organizações sindicais no período, Laudelina, Juventina de Souza, Amélia Duarte e Amália Trevisan fundam em 1961 uma nova Associação de Empregadas Domésticas, dessa vez em Campinas (MELLO, 1993, p. 38).

Nesse momento Laudelina morava na rua Barão de Jaguará, que ficava próxima de vários sindicatos (ibid., p. 39), e foi com a ajuda de uma variedade incrível de personagens de lugares de atuação diferentes conseguiram formular o estatuto da organização, conforme ela relata para Pinto:

Foi a fundação em 1961, então para elaborar o estatuto [foram] cinco, seis, oito ajudando a montar, porque era muito difícil, porque as empregadas domésticas foram destituídas das leis trabalhistas, então cada um deles entrava com uma parte, advogado Antunes, Pedrinho como dirigente sindical, assistente social do correio popular com outra, presidenta da Câmara com outra [...]

MELLO, 1993, p. 39

Tamanha organização provocou rebuliço entre o patronato, que passou a realizar críticas à Associação no jornal (Mello, 1993, p. 38). Algumas patroas, entretanto, apoiavam a iniciativa da organização, que embora tivesse uma maioria de adeptos negros, também contava com membros brancos (ibid.).

Laudelina, como podemos acompanhar até o momento, esteve sempre muito ligada aos movimentos sindicais comunistas, tendo sido, inclusive, identificada em um relatório de fevereiro de 1964 sobre uma conferência sindical, redigido pela Secretaria de Segurança Pública para o delegado regional de Campinas.

Segundo o documento disponível no arquivo do DEOPS do Arquivo Público de São Paulo, na reunião, que ocorreu na Rua Barão de Jaguará, onde Laudelina morava na época, 150 pessoas ouviram as falas de 3 conferencistas cubanos, que defenderam a emancipação de Cuba, a figura de Fidel Castro e a luta contra o Imperialismo americano. Na reunião, é dito que Laudelina estava liderando 8 mulheres.

Foi achado também um outro relatório, datado de 1 de maio de 1963, também redigido para o delegado regional da polícia de Campinas, onde um investigador infiltrado relatava um comício sindical que havia ocorrido após um desfile no SESI. Os sindicalistas haviam aproveitado o público que estava aglomerado para ver o desfile, e também o palanque, para discursar sobre as desigualdades no país e sobre a necessidade de união contra as opressões. É

dito que a última fala foi de Laudelina, onde é dito apenas que ela se apresentou como “representante das mulheres”⁷.

Como visto até aqui, Laudelina não restringia a sua militância a apenas um aspecto de sua identidade, a sua estratégia era tentar se articular e negociar com diversos grupos diferentes.

Conforme Collins, cada aspecto de identidade de opressão da pessoa pode se tornar mais visível ou mais discreta a depender da situação, embora isso não signifique que esse aspecto da identidade da pessoa simplesmente tenha sumido, de modo que:

Raça, classe ou gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importante nas autodefinições das pessoas. [...]Esse reconhecimento de que uma categoria pode ter primazia sobre outras por determinado tempo e lugar não minimiza a importância teórica de supor que raça, classe e gênero são categorias de análise que estruturam todas as relações.

COLLINS, 2015, p.19

Laudelina auxiliava qualquer grupo em vulnerabilidade, dentro de suas possibilidades de atuação, e quando o assunto eram questões de trabalho, ajudava qualquer trabalhador lesado, por vezes intervindo diretamente como uma mediadora, conforme vemos no caso descrito a seguir.

Pinto relata o trecho de um jornal onde Laudelina defende um jardineiro em um conflito que teve contra o seu patrão. Essa situação saiu no Jornal da Cidade - Campinas de 3 de julho de 1967 (*In* Pinto, 1993, p. 305), do qual só tivemos acesso ao trecho transcrito por Pinto, que relata:

[...] Aliás, um destes últimos (jardineiros) há pouco tempo deu algum trabalho a D^a Laudelina, estava empregado há alguns anos e resolveu deixar a colocação; a presidente da Associação acompanhou patrão e empregado à justiça para homologação do acordo de dispensa e ficou impressionada com a atitude do empregador.

Jornal da Cidade: Campinas, 3 de julho de 1967 *In* Pinto, 1993,p.303

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), a Associação de Empregadas Domésticas de Campinas não foi proibida, mas também não funcionava como antes. Passou a ser menos crítica e se limitava a atividades beneficentes.

⁷ Documento estava na pasta OS 0472, Pasta 1 de Campinas, dos documentos da Delegacia de Ordem Social, Arquivo DEOPS, digitalizada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Laudelina chegou a ser chamada para depor na delegacia de polícia após o golpe, mas era amiga do delegado que assegurou que ela não era comunista: “O dr. Dumont disse assim: a Nina não é comunista. A Nina é idealista, ela quer melhorar a situação das amigas dela, das irmãs dela de categoria.[...]” (MELLO, 1993, p.42).

Como visto até o momento, Laudelina tinha muitos contatos em espaços diferentes, desde políticos, até pessoas da elite financeira e sindicalistas de diversas áreas de atuação, de modo que conseguiu escapar da perseguição política da Ditadura Militar a partir desses contatos.

O problema para a Associação nesse momento foi o pouco número de inscritos, o que dificultava a força do movimento para que obtivesse sucesso nas pequenas reivindicações⁸.

Após um atrito com outra companheira da Associação, Laudelina se desliga só volta a ter contato com a organização em 1982, que se transforma em sindicato em 1988 com a ajuda da deputada Benedita da Silva (MELLO, 1993, p.62).

Em diferentes contextos políticos, a trajetória de Laudelina de Campos Mello mostra a sua capacidade de circular em diversos espaços, e de utilizar os seus contatos com indivíduos de grupos diferentes, de modo a conseguir costurar um projeto decolonial, que por sua vez está submetido às circunstâncias.

Os poucos casos tratados brevemente durante esse capítulo mostram que, devido às diversas influências ideológicas com que Laudelina teve contato, que foram selecionadas por ela de modo a criar um plano decolonial variável, seu compromisso essencial era o combate a todos os tipos de opressão. Segundo Acciari:

[...] O negro, para Dona Laudelina, deveria eliminar qualquer relação de opressão política e preconceitos internos e estabelecer efetivamente uma relação de aliança, priorizando o que é essencial para a maioria da população negra.

2016, p. 123

Acreditamos, dessa forma, que a sua situação se insere perfeitamente na definição de projetos decoloniais de Bernardino-Costa (2015), de modo que a experiência interseccional de opressões também é capaz de gerar uma organização interseccional de militância.

⁸ “Quanto à regulamentação da profissão das empregadas domésticas foi nos dito pelo [ministro] que era muito difícil a lei ser assinada, pela quantidade de gente.” (Laudelina de Campos Mello in PINTO, 1993, p. 49)

4. A ASSOCIAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS: UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL

O trabalho doméstico é majoritariamente efetuado por mulheres e negras, e um de seus maiores desafios sempre foi ser reconhecido enquanto categoria trabalhista⁹, conforme vimos ao acompanhar brevemente a trajetória de Laudelina de Campos Mello, cuja primeira tentativa de sindicalização das empregadas domésticas ocorreu ainda em 1936, para ser concluída apenas na década de 80.

Para Acciari (2016, p. 133), essa desclassificação ocorre especialmente devido à identidade da maioria das pessoas que atuam nessa profissão. Para ela :

[...] A situação de vulnerabilidade social na qual se encontram, faz com que as domésticas enfrentam ao mesmo tempo racismo, pobreza, desprezo de classe, violências de gênero e desvalorização de seu trabalho.

(Ibid.)

Entretanto, as relações de raça, gênero e classe não atuam da mesma forma para todas as trabalhadoras domésticas. Em algumas situações uma das características pode ser mais latente do que a outra. Acciari continua dizendo que:

[...]Atores de movimentos nem sempre usam todas as suas identidades sociais e, em determinados momentos, pode ser mais estratégico apresentar-se como “trabalhadora” ao invés de “mulher” ou “negra”. A tensão decorrente da multiplicidade de opressões complica a formação de uma consciência de classe única e unificada.[...]

2016, p. 133

Como visto brevemente no primeiro capítulo, com a exposição da teoria de Joaze Bernardino Costa (2015), além disso, essas organizações têm a capacidade de criar projetos decoloniais que subvertem a estrutura de mundo criada a partir da Modernidade colonial (QUIJANO, 2005, p. 154).

⁹ Das 7,2 milhões de pessoas empregadas no emprego doméstico, 93% são mulheres e 61,6% dessas mulheres, negras. Uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2013, que avaliou 117 países, classificou o Brasil como o país com o maior número de trabalhadores domésticos, mas, apesar disso, o emprego doméstico só foi reconhecido como categoria de trabalho e foi passível de ser assinado na carteira de trabalho a partir de 1972. (ACCIARI, 2016, p. 148).

Bernardino-Costa também identifica as organizações de empregadas domésticas enquanto projetos decoloniais, onde “[...] observa-se um frutífero diálogo e articulação com movimentos sindicais, feministas e negros, que denominamos de interseccionalidade emancipadora.[...]” (2015, p. 154-155), de modo que raça, classe e gênero também podem ser usados como elementos de união entre diferentes grupos oprimidos contra o status quo estabelecido.

Acreditamos que nesse ponto do trabalho seja necessário entender também e com um pouco mais de calma de que modo atuam essas categorias de raça no Brasil para entendermos melhor a relação entre raça e desvalorização de emprego doméstico.

4.1. Relações raciais e de gênero no Brasil

O discurso que dividiu as pessoas em raças foi se transformando ao longo do tempo e nasceu durante o processo de colonização, permanecendo atuante na sociedade após a consolidação da “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), se mantendo dentro da então nova organização mundial.

Antes do século XIX, esse racismo tinha caráter mais cultural e moral, e só a partir de então assumiu caráter mais científico. O que permaneceu desde a sua invenção, no século XVI, foi a hierarquização entre as “raças”, onde a europeia sempre era a mais beneficiada e evoluída (SCHUMMAN, 2012, p. 32).

Corroborando com essa ideia, em pesquisa recente, Schumman identificou que a ideia de raça que existe na mente dos brasileiros em geral ainda está ligada àquela dos séculos XIX e XX, pseudocientíficas, que associavam os fenótipos a características de caráter, tendências criminosas, etc. De modo que:

Neste sentido, é importante explicitar que a categoria de raça que opera no imaginário da população e produz discursos racistas é ainda a ideia de raça produzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX. Serve para classificar a diversidade humana em grupos “cientificamente” contrastados, que têm características fenotípicas comuns, sendo estas tidas como responsáveis pela determinação das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas dos indivíduos dentro destes grupos, situando-se em uma escala de valores desiguais (Munanga, 2004).

2012, p.36

Essa forma de lidar com o racismo torna possível que no Brasil ocorram situações no mínimo desconcertantes, como os resultados de pesquisa realizada em São Paulo em 1988, onde 97% dos entrevistados afirmaram não serem racistas, mas 98% desses mesmos entrevistados

admitiram conhecer alguém racista. Em 1995, o jornal Folha de S. Paulo realizou pesquisa semelhante com resultados infelizmente também semelhantes, dessa vez 89% dos brasileiros admitia a existência de preconceito racial no país, entretanto, só 10% afirmavam serem eles mesmos preconceituosos (SCHWARCZ, 2013, p. 23).

Uma nova pesquisa feita em 2011 também teve resultados semelhantes. Schwarcz define a situação muito bem ao afirmar que “[...] Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.” (SCHWARCZ, 2013, p. 23).

O racismo, então, é até reconhecido, porém faz sempre parte das práticas do outro. Mesmo para as vítimas, é difícil o processo de admitir o preconceito vivido na situação, ocorrendo processo semelhante ao de quem pratica o preconceito, atribuindo-lhe ao outro, ao conhecido, e nunca a si mesmo (Ibid.). O que significa que aqui no Brasil:

[...]Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. Com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente.[...]

Ibid. p. 24

O trabalho manual foi associado à escravidão e foi delegado mais às pessoas negras e, dessa forma, ele foi desvalorizado. O racismo no Brasil não ocorre de maneira explícita, através de legislação. Ele acontece no campo privado das relações sociais, ou de maneira dissimulada, com um sorriso no rosto.

Considerando esses fatores, entendemos que o racismo aqui no Brasil não ocorre sempre como um processo explicitamente violento, mas que a construção do negro como outro pode vir na forma de afetividade ou de paternalismo.

Para entender o que significou a Associação das Empregadas domésticas e, seu contexto é antes importante que nos debruçemos mais sobre o status da mulher negra na sociedade brasileira e sobre o emprego doméstico no Brasil.

Dialogando com a ideia de Quijano (2005) sobre a atribuição de certas características para os corpos colonizados, a imagem da mulher negra transita entre a mulata exportação e a empregada doméstica. Segundo González, essas duas representações não são excludentes entre si, são mutáveis e se adaptam ao contexto, ou seja, são duas faces de uma mesma violência simbólica. A pesquisadora ainda diz que:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. [...] É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.

1984, p.228

Enquanto a mulata é a face exaltada da mulher negra, doméstica é a mais negativa, por estar no cotidiano. Essas representações são atribuídas a qualquer mulher negra independentemente de sua condição financeira (Ibid., p.230-231). Como visto anteriormente, raça e classe estão unidos na formação da sociedade brasileira, como uma herança da colonialidade do poder, que transcende o sistema colonial, sendo uma forma de organizar o mundo.

A empregada doméstica faz parte do núcleo de diversas famílias brasileiras de classe média. Ela convive com a família, o que cria uma situação complexa que difere a situação das empregadas domésticas da de outros trabalhadores, como de operários.

No caso dos trabalhadores operários, não existe ligação afetiva entre o patronato e o trabalhador, que na maioria das vezes nem têm contato com os patrões. No caso da empregada doméstica, ela convive com os patrões diariamente, mora na mesma casa que eles e muitas vezes passa mais tempo com as crianças do que os próprios pais.

Brites desenvolve a ideia de que dentro do núcleo familiar da classe média a empregada doméstica ocupa um lugar específico dentro da família, de modo que:

[...] é esperado da empregada doméstica o cumprimento das tarefas de limpeza, do cuidado da casa, das crianças, dos velhos e dos animais de forma discreta e afetiva. Com isso, os outros membros adultos podem se dedicar a atividades remuneradas fora do lar. A mãe, além de trabalhar fora, toma para si os cuidados com saúde, higiene e decoração do lar, além de amparar e gerenciar os afetos e a rede de sociabilidade mais ampla.⁸ Do marido é esperada a parte principal da manutenção econômica da família, que dará respaldo ao investimento nas carreiras estudantis e sociais dos filhos.[...]. Não se destinam trabalhos domésticos para crianças e jovens, sobretudo, do sexo masculino.

2007, p.96

Dentro dessa dinâmica e atribuição de tarefas, é possível observar forte divisão de gênero dentro da família clássica de classe média, às mulheres ficam as tarefas domésticas, para os homens, o provimento financeiro.

Entre patroas e empregadas, as empregadas ficam com as tarefas domésticas menos apreciadas, os serviços mais indesejados. Para a patroa, resta performar o papel feminino de provedora, dividido com a empregada, mas a partir de uma hierarquia e forte separação, conforme Brites (2007) discute ao longo de seu texto.

Isso mostra como é essencial que se leve em consideração sempre dimensões de raça e classe ao pensarmos relações que também trabalham com a questão de gênero, tendo em vista que essas características andam sempre juntas em qualquer situação. Collins argumenta que:

[...] ver as imagens de masculinidades e feminilidades como simbolismo universal de gênero, ao invés de vê-las como imagens simbólicas que são específicas de raça, classe e gênero, faz com que as experiências de pessoas negras e de mulheres e homens brancos e não privilegiadas sejam invisíveis. Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências. Quando, então, nos recusamos a lidar com raça ou classe porque elas não parecem ser diretamente relevantes ao gênero, estamos, na verdade, nos tornando parte do problema de outras pessoas.

2015, p. 24

A pesquisadora aponta ainda a forte relação afetiva que costuma se estabelecer entre empregadas e as crianças da família, que passam a maior parte do tempo com essas mulheres, quando não estão estudando (Brites, 2007, p. 97-98). Essa situação pode criar um laço afetivo entre as empregadas e as famílias, conforme vimos por exemplo, no Capítulo 2, ao analisarmos a trajetória de Laudelina, onde muitas vezes patroas auxiliaram as empregadas em suas organizações.

Acciari também identifica isso:

Ao mesmo tempo, todas as participantes expressaram orgulho em fazer um trabalho bem feito e comunicaram a ideia de que doméstica tem uma responsabilidade especial dentro da “casa de família”. São elas que cuidam das coisas mais íntimas e preciosas que os empregadores têm; dos objetos de valor, das crianças, das pessoas idosas.

2016, p. 131

Essa situação criava fortes sentimentos de amor não apenas na criança, mas também na empregada. Durante uma das entrevistas feitas por Brites com patroas ouviu, por exemplo, que “Uma patroa [...] relatou como o filho adoeceu quando o marido de Arlete, sua empregada, obrigou-a a deixar o emprego. [...] (2007, p.99)

A relação afetiva, entretanto, não:

[...]impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que

encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil.

Ibid., p.93-94

Essa relação afetiva pode ser usada para esconder violências a que algumas empregadas são submetidas. Por serem “quase da família”, a relação não é vista como uma troca de trabalho, mas quase como um favor¹⁰ que a prestadora de serviços cede à família, por amor e não para se sustentar, como em qualquer outra relação de trabalho.

Ao mesmo tempo, as crianças aprendiam desde cedo que as empregadas não ocupavam o mesmo lugar social que elas através de seus pais, ou mesmo através da observação da construção da casa.

No caso das empregadas, o seu “quartinho” se transforma nessa forma de discriminação discreta, chamado por Brites de “espaço de segregação”: “[...]Então, podem estar cheios de entulhos, vassouras, baldes e tudo que “não presta mais” ou que deve permanecer escondido para não perturbar a beleza e a ordem do lar. [...]” (2007, p.103-104).

Para entender melhor essa dinâmica mista entre patrões e empregados, a de forma a relação de hierarquia é estabelecida misturando-se afetividade, é interessante uma situação da qual Brites tomou conhecimento durante uma das entrevistas com uma das patroas.

Durante a entrevista, a mulher enfatizava como era importante que as empregadas fossem bem tratadas, ao mesmo tempo em que se mantivesse uma hierarquia da situação. Como exemplo, ela narra uma situação onde chegando em casa surpreendeu-se ao ver a empregada vendo televisão na sala, com os pés em cima da mesa.

O mais interessante é notar durante a narrativa que o parece chocá-la mais é a forma confortável com que a empregada se encontrava dentro da casa, e o nojo que esse corpo causou na patroa: “[...]Os pés em cima da mesa, aqueles braços abertos sobre o encosto do sofá. Vê se pode? No mesmo lugar que depois eu e as minhas filhas vamos descansar! E ela lá, com aquela “inháca” no meu sofá!!” (Ibid., p. 104).

A patroa então falou com a empregada sobre como não ficava bem para quem chegasse vê-la assim, deitada no sofá. O que tiramos dessa passagem é que ao mesmo tempo em que a empregada doméstica é colocada em um discurso de familiaridade, de quase membro da

¹⁰ “[...] As relações de trabalho ainda são vistas como pessoalizadas, tanto do lado dos empregadores quanto das empregadas. Muitas pessoas com quem conversei sobre minha pesquisa afirmaram: “Eu tenho alguém que me ajuda em casa”. Contudo, não se trata de uma “ajuda”, como uma amiga ou um parente ajudaria em momentos de dificuldade, mas sim de uma prestação de serviço que deve ser declarada e remunerada. [...]” ACCIARI, 2007, p.136

família, e que é delegado à ela grande liberdade para ficar perto das crianças, etc, ela é uma quase membro da família que não pode gozar dos mesmos direitos que a família, quando exige tratamento familiar ela é funcionária, quando exige direitos ela é membro da família.

Mesmo em boas relações, no entanto, existe alguma situação de violência, conforme identificou Acciari. As empregadas relataram para ela abusos como xingamentos, privação de alimentos, e outras violências do gênero. Em alguns relatos, as empregadas relatam a

[...]A impressão de não serem tratadas como ser humano ou, textualmente, de valer menos que o cachorro da casa. A falta de reconhecimento pelo trabalho fornecido, e pelo empenho neste trabalho, afeta profundamente as trabalhadoras em sua autoestima. Assim, uma trabalhadora explica, chorando: “eles acham que a gente é boba e trouxa. É uma coisa que dói, é a falta de consideração que a gente tem...

2016, p. 132

Acciari (2016, p.127), e pesquisa realizada identificou, entretanto, um fenômeno interessante entre empregadas domésticas que resolveu chamar de “efeito de sindicalização”, a partir de pesquisa de campo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas que investigava a percepção que as empregadas tinham da lei e de seu trabalho.

Ela observou uma diferença de percepção entre as empregadas sindicalizadas e aquelas não sindicalizadas. Ambos os grupos desenvolveram formas diferentes de interpretar o seu ofício, pois:

A maior transformação que ocorre dentro do movimento talvez seja a percepção que as domésticas têm de si mesmas, levando-as a um processo de empoderamento[...] O movimento traz novas oportunidades e novas responsabilidades: viagens, formação, participação de comissões parlamentares, em Brasília, negociação com o governo e com a OIT, em Genebra. Às vezes, passar de simples empregada para dirigente sindicalista significa imensa mudança para essas mulheres. [...]

ACCIARI, 2007, p.141

De modo que entendemos que o trabalho doméstico têm várias especificidades em relação a outras categorias, tanto por ocorrer no espaço privado, quanto pela característica da maioria das trabalhadoras que fazem parte do emprego doméstico. O fato de serem mulheres e negras expõe as tensões raciais e de gênero que podem vir a acontecer no âmbito privado.

4.2. O emprego doméstico nos anos 20

Nos anos 20, parece que a assistência para as empregadas domésticas ocorria muitas vezes por meio de organizações criadas pela Igreja Católica que tinham por intenção a “preparação” de jovens negras para o trabalho doméstico (PINTO, 1993, p. 325). Essa “preparação” parecia intentar definir o “lugar” da empregada, para que ela não causasse problemas para a patroa e estivesse em condições de conviver com a alta sociedade.

Com base nas leituras e nas análises bibliográficas que realizamos até o momento, podemos imaginar que essas organizações tinham como objetivo preservar a estrutura da colonialidade de poder, e as representações a que foram submetidas as mulheres negras.

São nessas instituições que conseguimos identificar o aspecto estrutural do racismo- Segundo Collins:

[...]Relações sistêmicas de dominação e subordinação estruturadas por meio de instituições sociais, tais como escolas, negócios, hospitais, locais de trabalho e agências governamentais, representam a dimensão institucional da opressão. Tanto o racismo quanto o machismo e o elitismo podem ser concretamente localizados em instituições. [...]

2015, p. 20

Em São Paulo, Pinto (1993, p.325) cita a Escola de Empregadas Domésticas das filhas de Maria Imaculada (1923), a Escola de Empregadas Domésticas da Congregação Mariana Nossa Senhora do Bom Conselho e São José (1936), Missionárias Sagrado Coração de Jesus para o Serviço Doméstico (1937) e a Casa Santa Zita (1944).

Alguns desses lugares funcionavam como um internato, onde jovens a partir de 14 anos permaneciam até os 18. Essas meninas passavam a trabalhar como empregadas domésticas ou eram enviadas de volta para suas famílias, e no caso de quebrarem as regras estabelecidas pela instituição eram enviadas ao Juizado de Menores (PINTO, 1993, p. 325).

O mau comportamento poderia ser, por exemplo, a rejeição de alguma jovem em trabalhar na casa de alguma família escolhida, ou seja, a sujeição dessas jovens era incentivada, e a exigência para trabalhar em um lugar onde considerassem ter a relação de trabalho adequada era vista como insubordinação, como se não fosse direito dessas mulheres essa escolha, se havia um problema ele estava na empregada e não nos patrões.

Não havia um programa específico para essas jovens, algumas tinham curso de alfabetização, outras não focavam nisso com a desculpa de que aulas diárias atrapalhariam a vida das empregadas. Podiam ser pagas ou gratuitas (ibid., p. 327).

Ou seja, o foco estava em como elas poderiam servir aos seus patrões, não havia realmente a ideia ou a pretensão de que pudessem almejar outra profissão no futuro, se fosse de suas escolhas. Outro fator, já discutido, é que a educação é um elemento de emancipação, especialmente para pessoas negras, que por uma questão racial e de classe acabam prejudicadas em termos de acesso ao ensino.

Isso é sintomático quando dialogamos com Carvalho. Segundo ele, a educação popular tem sido um elemento essencial na organização para a reivindicação dos direitos para qualquer sociedade, ele ainda diz que apesar da educação em si também ser [...] definida como direito social [...] tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos.”(2001, p. 11)

Ou seja, privar essas mulheres do acesso à educação, significava também exercer maior controle sobre seus corpos e na relação de trabalho.

Às vezes a educação se torna a única alternativa de emancipação para esses grupos marginalizados, a única alternativa de se tornar mais próximo do status de cidadão, de modo que o descaso dessas instituições da primeira metade do século XX na educação dessas jovens, mostra que a sua emancipação não era uma das preocupações, além do mais, sem saber ler ficava muito difícil que as empregadas tivessem ferramentas para questionar qualquer falta de direitos. Talvez por isso essa questão tenha sido um dos pontos observados por Laudelina. Pinto considera que:

Unanimamente a preocupação destas instituições estava no ensino religioso e formação da moral este fato é perceptível na situação quando as religiosas acertavam os critérios do contrato que era informal, e era exigido do patrão consentimento para que estas semanalmente viessem à escola para as práticas religiosas e que não se permitissem saídas noturnas.

1993, p.327

Havia então o controle da vida privada das empregadas, que ficavam sob a tutela e o poder dos patrões e da instituição. Essas instituições trabalhavam de acordo com os desejos dessa classe média alta, que exigia certo comportamento “domesticado” das empregadas, de forma que a prática deste apostolado entra em conformidade com os interesses das patroas, que buscavam empregadas dóceis, submissas e obedientes, e, por este motivo não se serviam das agências oficiais de colocação, porque as empregadas lá encontradas eram muito ‘exigentes’.

(ibid., p.329)

Na ficha de apresentação da Casa de Santa Zita, por exemplo, lê-se que “[...]A escola não funciona aos sábados. Caso a empregada sair do emprego, pede-se avisar a diretoria pelo telefone 52-2717, das 8 as 11 horas.” (*In Ibid.*)

Ainda para corroborar com esse caráter “domesticador” dessas associações, Pinto (1993, p. 330-331) destaca que elas deixavam claro apenas as obrigações das empregadas. Aos patrões, o único dever era o de permitir que as empregadas participassem de eventos religiosos. A pesquisadora identifica nisso um padrão em relação ao ensino de pessoas negras, onde:

A educação da população negra vai estar ligada à sua inserção no mercado de trabalho, (tendo em vista, a grande quantidade de obstáculos, institucionais, econômicos e culturais para se inserirem na rede formal de Educação). Para tanto são acionados alguns pré-requisitos fundamentais ordenadores do comportamento dos futuros trabalhadores e são ministrados pela família ou pela instituição responsável (escola, igreja) que dizem respeito à obediência, à eficiência, à disciplina e outros. Estes padrões de comportamento visavam permitir uma boa integração à situação de trabalho na qual obediência, respeito e disciplina eram fundamentais para os trabalhadores de baixo-recursos.

PINTO, 1993, p.159

No mesmo ano em que foi criada a Associação dos Empregados Domésticos, em 1936, encontramos um anúncio particular publicado no Diário Oficial do Estado em julho de 1936, sobre a “Nossa Senhora do Bom conselho”, que se dizia ao mesmo tempo beneficente e Instrutiva voltada para a :

[...]educação moral e civica das empregadas domésticas e demais pessoas que della necessitem, inclusive instrucção religiosa da Igreja Catholica Apostolica Romana, sob o patrocínio e superintendencia de um sacerdote da Companhia de Jesus, delegado pela Sociedade Brasileira de Educação.[...]

(Diário Oficial do Estado de São Paulo, Anno 32, nº 147, 3 de julho de 1936).

A assistência antes da sindicalização das empregadas domésticas vinha então na forma de cooptação religiosa e de imposição de comportamento submisso em relação aos patrões. Essas instituições não tinham o objetivo de reconhecer o trabalho doméstico enquanto categoria, ou de garantir proteção a essas mulheres nas relações trabalhistas. O objetivo era manter o “status quo”, preservar a estratificação da “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), manter todas as coisas em “seu lugar”.

A partir desse contexto que identificamos a importância de uma experiência como a Associação de empregadas domésticas criada em Santos em 1936, uma organização cujo objetivo primário era o de garantir os direitos e proteção do Estado para as empregadas

domésticas. Embora a organização também tenha recebido ajuda da Igreja para funcionar, havia nela uma pluralidade de correntes ideológicas, com forte participação de comunistas e comunistas sindicalistas. Ou seja, havia uma circulação de ideias que questionavam a sociedade brasileira como era, e que desejava por uma mudança.

Foi uma experiência que tentou dar autonomia e igualdade para as empregadas, indo na contramão dessas outras instituições religiosas, cujo objetivo era proteger o patronato de possíveis problemas com essas funcionárias que não eram nem reconhecidas como tal.

Acreditamos que isso tenha acontecido também devido ao momento de efervescência política da militância negra durante a década de 30, com a além da Frente Negra e do Clube Cultural do Negro já mencionados, durante o Estado Novo também atuaram a União Negra Brasileira, o Clube Recreativo Palmares, o Movimento Brasileiro contra Preconceito Racial, no Rio de Janeiro, e a Associação dos Brasileiros de Cor, em Santos (FLORES, 2007, p. 508).

Discutindo a integração do negro no Brasil também atuavam os intelectuais e militantes negros Abdias do Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo e Geraldo Campos de Oliveira (ibid.), esse último tendo sido personagem essencial na criação da Associação de empregadas domésticas de 1936. Com isso, no “[...] contexto de abertura do Estado Novo, a tensão entre classe e raça vai ganhando força com as iniciativas dos intelectuais afro-brasileiros. [...]” (FLORES, 2007, p. 509).

Havia uma preocupação dos movimentos negros em relação ao emprego doméstico (ibid., p.509-510), reconhecido como incrivelmente racializado, e incluso na pauta de “Segunda Abolição”, reclamada por experiências negras como o Teatro Experimental do Negro (1944), e por intelectuais como Abdias do Nascimento e Geraldo Campos de Oliveira (FLORES, 2007, p. 508).

Essas discussões e organizações tiveram influência e participação direta na criação da Associação em meados da década de 30, reagindo às representações negativas e iniciativas paternalistas e controladoras em relação ao emprego doméstico.

4.3. A Associação de empregadas domésticas de 1936

Durante a década de 30 e quando da criação da Associação de Empregadas Domésticas, Laudelina Campos Mello ainda frequentava a Sociedade Saudade de Campinas, onde conheceu diversos campineiros residentes em Santos no período (MELLO, 1993, p. 11).

Embora a entidade tivesse como fim a promoção do lazer para pessoas negras, excluídas dos espaços brancos, foi nesse período que Laudelina fez contato com diversos líderes sindicais,

comunistas ou não, que foram essenciais no processo de tentativa de sindicalização das empregadas domésticas.

Foi nessa época que Laudelina conheceu o “Maranhão”, que chegou em Santos após fugir do Maranhão por ser comunista, “[...] então, como ele era negro, a gente pegou ele pra lecionar, ele era muito culto, muito preparado (assim), ele preparava a gente para oradores, palestras, mostrando o que era a condição do negro e do branco trabalhador.” (Mello, 1993, p.12)

A partir do “Saudades de Campinas” conheceu também o Clube Cultural do Negro, que ficava em São Paulo e que havia sido fundado pelo, também comunista, Geraldo Campos.

Dentro do Clube Cultural do Negro existiam vários departamentos, e daí surge a ideia de fundar uma Associação das Empregadas domésticas de São Paulo, cujo fim era a sindicalização das empregadas (PINTO, 1993, p. 378).

Em 1936, são fundadas duas associações de empregados domésticos, uma em São Paulo e outra em Santos. A primeira seria a sede, e a segunda, em Santos, funcionariam juntas. Porém, um pouco depois da criação da sede de São Paulo, Geraldo foi identificado como comunista e a sede de São Paulo foi fechada (ibid., p.13).

Para abrir a Associação de Empregadas Domésticas de Santos, Laudelina e as outras pessoas envolvidas no projeto contaram com a ajuda de outras organizações, como clubes, além de partidos políticos como o PTB e o Partido Cristão, além de outras organizações como a Sociedade dos Portuários e sindicatos comunistas, além do então presidente do jornal Tribuna de Santos, conhecido como Santini, que auxiliou por meio de publicações sobre a Associação (MELLO, 1993, p.13).

A organização tinha grande aceitação e apoio por parte heterogênea da comunidade de Santos, tendo contado com a ajuda de grupos de alinhamentos políticos diversos.

O advogado José Cintra Batista foi outro personagem que auxiliou na fundação da Associação. Ele era vizinho de Laudelina e a auxiliou para que depois pudesse requisitar o enquadramento do emprego doméstico nas Leis Trabalhistas. Tiveram apoio de advogados e membros da comunidade de Santos (MELLO, 1993, p. 13).

A Associação de empregadas domésticas foi fundada então em 8 de junho de 1936, com o nome de Associação dos empregados domésticos e não das empregadas. A passagem do masculino para o feminino ocorreu com o tempo, mas segundo Pinto (1993, p. 303) os documentos oficiais da Associação e a própria Laudelina, falavam da organização em termos masculinos.

Optamos no trabalho por continuarmos usando a nome no feminino devido ao foco de nossa pesquisa, que são as relações de raça e gênero no trabalho doméstico, embora

reconheçamos a existência de trabalhadores e trabalhadoras domésticas que não se enquadram nas características de gênero e de raça as quais focamos aqui.

Acreditamos que a mudança gradual de nome tenha acontecido devido à construção social racista e sexista que associa o emprego doméstico inevitavelmente à figura da mulher negra, conforme vimos com González (1984). O objetivo, entretanto, era a de que essa Associação auxiliasse tanto homens quanto mulheres que trabalhassem com o serviço doméstico, dando um amparo que o Estado não dava. Conforme visto anteriormente na biografia de Laudelina, a sua atuação política não excluía ninguém que estivesse em posição subalterna.

Ressaltamos também que o recorte do trabalho não buscou de modo algum reforçar esses estereótipos, mas sim entender um pouco como esses grupos marginalizados socialmente e também da produção intelectual, conforme discutido no começo do texto, reagiram a essas múltiplas opressões e de que forma se organizaram.

A sede de Santos continuou funcionando após o fechamento da de São Paulo, tendo como principal atividade da Associação o assistencialismo, cuidando de indivíduos que eram esquecidos pelo Estado, de acordo com Laudelina:

A situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalharam vinte e três anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando, tratou delas até a morte. Era um resíduo da escravidão, porque era tudo descendente de escravos.

(MELLO, 1993, p. 12)

Assim que foi fundada, a Associação funcionava em um local cedido por um clérigo, depois conseguiram sua própria sede por meio de um advogado que conseguiu um prédio antigo em Santos, na Rua 15 de novembro. Tinha dois andares, no primeiro ficavam os departamentos, e o segundo, o salão de festas.

Entre as atividades da organização estavam festas, bailes, jogos de futebol, e também criaram um teatro, chamado Teatro Saudade de Campinas, provavelmente o nome foi escolhido por conta da extensa participação de campineiros na formação da associação. Nos bailes e festas tentavam adquirir fundos, pois a mensalidade era muito baixa e não era o suficiente para sustentar os custos da Associação (MELLO, 1993, p.13).

Laudelina e outras mulheres foram delegadas à área “feminina” da Associação, trabalhando nas tarefas vistas como femininas, como o cuidado de pessoas vulneráveis, como idosos e crianças,[...] mas sempre assim, lutando dentro do problema da sindicalização. [...]”

(Ibid, p.13)Essa frase de Laudelina mostra que ela não se sentia excluída da luta sindical por isso.

Ainda que todos os envolvidos na construção da Associação estivessem interessados na proteção de pessoas marginalizadas pela sociedade construída a partir da “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005), isso não significava que estivessem eximidos de praticar e de reproduzir a lógica dessa estrutura, assim como define Collins:

Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades em acessar nossas próprias discriminações dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. [...]Em essência, cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classificam todos os outros tipos como menos importantes.

2015, p.13-14

A Associação também foi criada em meio a um momento histórico onde havia grande profusão de outras organizações sindicais (ibid., p. 12), que seriam logo duramente reprimidas com a instauração do Ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, que durou entre 1937 e 1945.

A ditadura de Vargas restringiu duramente a liberdade de expressão política, e passou a cercear os sindicatos a partir da instauração de um modelo de sindicalização corporativista. Ainda assim, como visto, a Associação das Empregadas Domésticas se construiu a partir da colaboração e do diálogo com vários movimentos sindicais, e de atores com outros posicionamentos, o que talvez tenha ajudado a sua preservação dando-lhe um caráter aparentemente neutro.

As relações de trabalho receberam então muita atenção durante o governo Vargas, entretanto, empregadas domésticas foram excluídas desse projeto, por não serem consideradas economicamente relevantes.

No dia 05 de setembro de 1936, ia acontecer um Congresso dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, e Geraldo Campos sugeriu que Laudelina e outros membros da Associação fossem até lá com uma proposta para a regulamentação do trabalho doméstico. Um personagem identificado como profº Lobato fez então uma seleção dos trechos das leis trabalhistas que poderiam ser usados na pauta do congresso. Lindolfo Collor ia dirigir o Congresso (MELLO, 1993, p. 13). Ele tinha sido ministro do trabalho no governo de Vargas entre 1930 e 1932.

Chegando lá, entretanto, o Congresso foi cancelado devido a críticas que identificavam suas pautas como pautas “vermelhas”. Geraldo voltou para Santos, mas Laudelina ficou para tentar entrar em contato com alguém e não perder a viagem (ibid., p.14).

Ficou por volta de 4 dias no Rio de Janeiro, e no terceiro conseguiu entrar em contato com o secretário do ex-ministro Lindolfo Collor, tendo conseguido marcar um encontro. Acreditamos que Laudelina tenha conseguido fazer com que isso acontecesse por ter feito contatos com pessoas de poder ao trabalhar na casa de algumas delas, conforme trabalhado no capítulo anterior.

O ex-ministro teria dito que seria impossível abarcar o trabalho doméstico dentro das leis trabalhistas criadas ao longo da década de 30, isso porque as empregadas domésticas não “traziam economia para o país.” (Ibid, p. 14) Sobre esse aspecto Laudelina diz:

E até hoje eles dizem que as empregadas domésticas não trazem economias para o país.... De repente (não) elas que fazem a economia.... Nós trazemos economia, eles saem para trabalhar, principalmente a classe média, eles tem que trabalhar fora e, então, passam a escravizar a empregada doméstica.

MELLO, 1993, p.14

Entre os bailes realizados pela Associação também houve um em específico que foi muito significativo. Ele ocorreu em 1937, no Palace Hotel, um dos maiores da cidade de Santos naquele período. Tinha como fim a arrecadação de fundos para a Associação, mas além de tudo o identificamos como um evento importante em termos de acesso à cultura e lazer para pessoas socialmente e financeiramente marginalizadas desses campos.

Essa foi uma forma de subverter por uma noite os papéis e lugares a que eram submetidos os negros dentro da sociedade brasileira, em sua estruturação racista e colonialista, conforme fica explícito no seguinte trecho da entrevista de Laudelina a Pinto:

Em 1937, nós fizemos um baile muito chic, nós conseguimos o maior hotel, o hotel chamava-se Palace Hotel, então a gente conseguiu fazer um baile beneficente traje a rigor. Os negros de traje a rigor e os brancos. Os (negros entravam neste hotel) só para trabalhar, cozinheiros, copeiras e faxineiros, nós (negros) e os brancos montamos o baile. Nós estávamos (também) montando o departamento de cultura da Associação e os brancos ajudando. Todos os jornais comentaram muito e o rádio também.... [...]

(MELLO, 1993, p. 15)

Quando fala da cultura no movimento operário, Batalha, por exemplo, a define como :

[...] antes de tudo, um terreno de combate à ideologia e aos valores das classes dominantes. No espaço das celebrações foi possível, por um breve instante, sonhar e viver um outro mundo, de fraternidade, igualdade e justiça.

(2000, p.68)

De modo que, tendo em vista os diálogos entre sindicatos e a Associação das Empregadas Domésticas, a realização de bailes, de festas, de jogos de futebol e afins foi uma forma de decolonização tão importante quanto a organização política, pois era uma forma de fazer com que esses indivíduos marginalizados vivessem como cidadãos plenos, nem que fosse por algumas horas.

No caso do futebol, por exemplo, no início da década de 30 há o aumento da participação de jogadores negros, o que apenas tornou o racismo do país mais explícito (FLORES, 2007, p. 501). Para o negro, se entreter e ter acesso ao lazer do qual era excluído pela sociedade¹¹ em geral era uma forma de resistir às regras impostas pelo *status quo* racista.

Podemos atestar a importância dos bailes na auto-estima e como elemento de socialização dos negros a partir do seguinte trecho da entrevista de José Correia Leite, onde ele diz que: “O indivíduo que frequentava salões de baile acabava se tornando popular, pois o baile era algo indispensável. Só os que não tinham condição nenhuma de se apresentar é que não iam.[...]” (In Cuti, 1992, p. 45).

Em 1938, a Associação fechou devido ao alistamento de grande parte de seus membros para servir durante a Segunda Guerra Mundial. Quando acabou a Guerra voltou a funcionar com o mesmo objetivo de sindicalizar as empregadas, porém precisava passar cinco anos funcionando para passar de Associação para Sindicato (MELLO, 1993, p.14).

Foi reaberta em 1946 com atividades semelhantes às anteriores, ajudando as pessoas mais necessitadas com roupas, alimentação, remédios e encaminhando as empregadas domésticas para serviços (ibid.). Como foi fundada a partir do Clube Cultural do Negro acabou se inspirando em sua organização, de modo que era dividida em departamentos, entre eles, o departamento jurídico, médico e de culinária. Ofereciam também um curso de alfabetização. Nesses departamentos trabalhavam pessoas que tinham se aliado à causa da Associação (MELLO, 1993, p.12).

Entre os membros da Associação existiam alguns que eram comunistas, e outros não. Como visto, havia uma pluralidade de alinhamentos políticos (ibid.). Após 1946, não obtivemos mais nenhuma informação sobre o funcionamento da Associação, de modo que decidimos por estabelecer o nosso recorte de pesquisa entre 1936, ano de criação da organização, e 1946, ano em que o depoimento de Laudelina sobre a experiência termina.

¹¹ “[...] Em 1931, Leônidas da Silva, um craque da bola aos 18 anos, jogador da Seleção Brasileira, era visto como ‘aquele moleque, aquele preto sem vergonha, aquele negro sujo’. A imprensa se referia aos negros no futebol de forma desdenhosa, e a grande maioria dos clubes não aceitava negros e mulatos. [...]” (FLORES, 2007, p. 502)

Sabemos, no entanto, que a Associação de empregados domésticos continuou funcionando sob a liderança de Euclídia de Jesus Geremias.

Identificamos a existência de algumas fichas do DEOPS no Arquivo Público do Estado de São Paulo sobre a sua atuação à frente da Associação e da continuidade que deu ao processo de luta pela sindicalização das empregadas. Entretanto, ela parece estar sendo uma figura esquecida pela historiografia.

O trajeto feito por pesquisadores, inclusive no presente trabalho, costuma ser o da trajetória de Laudelina, esquecendo a atuação de outros personagens que ajudaram na efetivação da Associação. Embora, é claro, nós reconheçamos o valor e a importância de sua atuação em relação à luta por igualdade social e racial, especialmente no caso das empregadas, mas não podemos ignorar os outros atores envolvidos nesse processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o presente trabalho, tentamos de forma breve investigar alguns aspectos sobre a experiência de criação da Associação de Empregadas Domésticas que ocorreu em Santos no ano de 1936.

No começo do texto, tentamos desenvolver alguns conceitos, como o de colonialidade do poder (Quijano, 2005), de modo que pudéssemos entender o lugar subalterno que foi relegado tanto ao emprego doméstico, quanto à maioria das trabalhadoras dessa categoria, mulheres negras.

Esse termo, desenvolvido por Aníbal Quijano, explica que o estabelecimento da modernidade, durante o processo de colonização da América, fundou uma nova forma de organização mundial, que dividiu toda a população em “raças”, construindo uma linha de evolução entre elas, onde os europeus representavam a forma mais avançada dessa hierarquia, e identidades como a de negros, índios e mestiços, as mais primitivas.

Esse sistema se tornou maior do que o colonialismo, de modo a dividir a sociedade ocidental até hoje, o que explica a subalternização de pessoas não brancas, tanto em nível institucional, quanto nas relações mais pessoais.

Essa ordem mundial criou também um tipo de produção de conhecimento, que se tornou hegemônica, e que era eurocêntrica, de modo que todas as experiências históricas foram lidas a partir de parâmetros europeus, e tornadas irrelevantes ou diminuídas em sua importância quando se distanciavam desses parâmetros etnocêntricos estabelecidos.

Depois vimos como esse conhecimento eurocêntrico significou a exclusão do trabalho doméstico dentro da História do Trabalho, e como isso vêm mudando. Também tentamos localizar a nossa pesquisa dentro dessa produção.

Seguimos então a trajetória de Laudelina de Campos Mello, mostrando um pouco como ela se utilizava de seus contatos com diferentes meios para criar uma estratégia de ação que atendesse às necessidades dos grupos mais marginalizados da sociedade, considerando grupos submetidos a opressões relacionadas à classe, gênero e raça. Durante a sua trajetória, ela acionou todos esses elementos de sua identidade, entendendo que todas essas formas de opressão agiam juntas e que nenhuma anulava a outra, ainda que uma ou outra estivesse mais visível a depender da situação.

Também discorreremos brevemente sobre o status do emprego doméstico no Brasil, e sobre as instituições religiosas que se encarregavam de regulamentar o trabalho doméstico de forma a beneficiar o patronato e manter o status subalterno das empregadas.

Durante a década de 30 e 40, no entanto, a opressão e o racismo a que estavam submetidas as empregadas domésticas passa a ser questionado pela efervescente e diversa militância negra do período, organizada em volta do objetivo de promover uma “Segunda Abolição” (FLORES, 2007, p. 508-509), ou uma descolonização das relações sociais e econômicas brasileiras, que não havia acontecido nem com a abolição da escravidão, nem com a Primeira ou com a Segunda República.

Identificamos, então, a experiência da Associação de empregadas domésticas criada em Santos em 1936 como um projeto decolonial que aciona uma “interseccionalidade emancipadora” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 153), na medida em que acionou aspectos de classe, raça e gênero para empoderar grupos oprimidos na estrutura de poder colonial, indo na contramão de entidades assistencialistas do período que, como visto, buscavam preservar o status subalternizado de empregadas domésticas. Articulou-se a partir da discussão raça e classe promovida por grupos e por intelectuais do período, e a partir da união de atores de diferentes orientações ideológicas, todos com o mesmo fim de promover a regulamentação dessa categoria excluída pelo trabalhismo estadononista, e submetida a tantas questões que envolvem gênero, classe e raça, conforme analisamos no decorrer do texto.

REFERÊNCIAS

ACCIARI, Louisa. “Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras”- O movimento das trabalhadoras domésticas entre marginalidade e empoderamento. *Mosaico*, v. 7, n. 11, p. 125-147, 2016.

BATALHA, Carlos Henrique de Moraes. *O movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e Interseccionalidade emancipadora: a organização políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 30, nº1. Jan-abr 2015

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cad. Pagu* [online]. 2007, n.29, pp.91-109.<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Revista Estudos Avançados*, n. 17, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: Um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. Reflexões e práticas de transformação feminista/ Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4)

CUTI (Org.). *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

FLORES, Elio Chaves. (2007), “Jacobinismo Negro: Lutas Políticas e Práticas Emancipatórias (1930-1964)”, in J. Ferreira; D. Aarão Reis (orgs.), *As Esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 493-537, vol. 1 (A Formação das Tradições: 1889-1945).

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, n. 2, p. 223-244, 1984.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora Unicamp, 2013. Introd.

MELLO, Laudelina de Campos. Entrevista concedida à Elisabete Aparecida Pinto. In: PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)*. 1993. 493 f. Dissertação (Mestrado em educação)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). 1993. 493 f. Dissertação (Mestrado em educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Egardo(Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521. Acesso em: 2019-11-21.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

SOUZA, Flavia Fernandes. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. Revista Mundos do trabalho. Vol. 7. N. 13. Janeiro-junho de 2015, p. 275-296